

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Rita Alexandra Catarino Henriques

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

26º Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A percepção da imprensa escrita sobre a actuação
policial em grandes eventos de cariz político**

Orientadora:

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Co-orientador:

Mestre Sérgio Felgueiras

Lisboa, 23 de Abril de 2014



Rita Alexandra Catarino Henriques

Aspirante a Oficial de Polícia

**A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial
em grandes eventos de cariz político**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais e do Mestre Sérgio Felgueiras.

Aos meus pais e irmãos

À Sandra

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo amor, mimos e compreensão que souberam dar.

Ao meu irmão João Pedro, pela paciência e entusiasmo com que aguarda a minha chegada a cada fim-de-semana.

À minha irmã Sofia, aliada incondicional em todos os momentos.

Ao Guilherme, consultor pessoal em todas as matérias e amigo de longa data.

À Andreia Gonçalves e Andreia Parente – “môs filhas”, amigas de todas as ocasiões e certamente de duração vitalícia – sem a sua boa disposição estes cinco anos teriam sido bem menos alegres e a minha (in)sanidade mental ter-se-ia ressentido.

Ao Xavier Rosado, *gentleman* dos tempos modernos, muito devo daquilo que sou hoje. Obrigada por todas as conversas e pela paciência estóica com que me acompanhaste ao longo destes anos. O respeito e consideração que nutro por ti são incomensuráveis.

À Filipa Madruga, altamente versada no domínio do Word, e sem a qual esta dissertação se assemelharia a um Borda d' Água. A tua disponibilidade foi notável e a compensação é certa.

Ao GS, por todas as gargalhadas e bons momentos. Mais virão!

Ao João Cabrito, por fazer parecer fácil o difícil. O prometido é devido.

Ao ISCPPI, pela formação e pelas amizades que me proporcionou.

Por último, mas certamente não menos importante, à minha orientadora, Professora Doutora Lúcia Pais, pela dedicação, empenho e rigor com que sempre me acompanhou na elaboração desta dissertação, e ainda um bem-haja ao meu co-orientador, Mestre Sérgio Felgueiras.

A todos, muito obrigada!

Resumo

A emissão noticiosa por parte dos órgãos de comunicação social (OCS) afirma-se perante muitos como o reflexo dos acontecimentos. Mas o discurso dos OCS poderá veicular esquemas interpretativos que condicionam a perspectiva da audiência e a influenciam (ainda que indirectamente). Esta influência poderá ter implicações, nomeadamente em relação ao que os leitores consideram ser os problemas que dominam a actualidade, bem como na legitimidade percebida do poder instituído. Em concreto, a Polícia como face visível do Estado encontra-se entre os actores sociais sistematicamente submetidos ao escrutínio político, dos *media* e do cidadão. Importa caracterizar o discurso projectado para toda a sociedade pelos OCS e quais as suas implicações, especialmente para aqueles cujo contacto com a actuação policial se efectua exclusivamente através dos *media*. Recorrendo a uma abordagem qualitativa, realizou-se uma análise de conteúdo sobre um *corpus* de notícias atinentes à actuação policial em grandes manifestações políticas, nos jornais Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias, no ano civil de 2013, visando compreender os esquemas interpretativos emitidos pelos *media* para toda a sociedade, fornecendo grelhas de compreensibilidade da realidade. Os resultados a que chegámos apontam para uma elevada prevalência do discurso dos manifestantes, bem como para uma descaracterização da identidade das fontes policiais.

Palavras-chave: *mass media*; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos.

Abstract

News broadcasting by the media stands for many people as a reflex to what occurred. But mass media speech may convey interpretative schemes capable of influence over the audience (although indirectly). This influence can have implications towards the audience, whether they concern to what are perceived as the social problems, or to how the established power's legitimacy is understood. Specifically, the Police as the visible face of the State, finds itself among the social actors systematically under the politic, media and citizen scrutiny. It is important to characterize the speech projected by the media to the society and analyse its implications, especially for those whose only contact with the Police activity is made exclusively by the media. Using a qualitative approach, we performed a content analysis over a news corpus concerning the policing in major events of political nature, particularly in the newspapers *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* and *Jornal de Notícias*, in 2013. Through this approach, we intend to understand the interpretative schemes issued by media for all society and to grant comprehensiveness grids of reality. The results achieved reveal a high prevalence of the protester's speech, as well as an identity decharacterization of the police sources of information.

Keywords: mass media; media; police; policing; major events.

Índice

Índice de anexos	ix
Índice de figuras	x
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento teórico	3
1. <i>Comunicação</i>	3
1.1 - Comunicação de massas	5
1.2 - Teorias da Comunicação	7
1.3 - Imprensa	16
1.4 – A notícia	18
1.5 - Jornalismo	21
2 - <i>Polícia</i>	23
2.1 - Conceptualização, missão e atribuições	23
2.2 - Actuação policial em grandes eventos de cariz político	26
2.3 - A PSP e os <i>media</i>	27
3 - <i>Problema de investigação</i>	29
Capítulo II – Método	33
1 - <i>A Abordagem qualitativa</i>	33
2 - <i>Corpus</i>	34
3 - <i>Instrumento: Análise de conteúdo</i>	35
4 - <i>Procedimento</i>	36
Capítulo III – Apresentação e discussão dos resultados	39
1 - <i>Visão geral</i>	39
2 - <i>Origem da informação</i>	40
3 – <i>Os eventos</i>	47
4 – <i>Os participantes nos eventos</i>	49

Capítulo IV – Conclusões.....	51
Referências	54
ANEXOS	62

Índice de anexos

ANEXO 1. Pedido de autorização para consulta da base de dados CISION	63
ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias	65
ANEXO 3. Grelha categorial	67
ANEXO 4. Tabela de contabilização de u.r.	75

Índice de figuras

<i>Figura 1.</i> Ocorrência percentual de cada categoria	39
<i>Figura 2.</i> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Directo	41
<i>Figura 3.</i> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Indirecto	43
<i>Figura 4.</i> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Instâncias.....	45
<i>Figura 5.</i> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Sistema Explicativo Espontâneo	46
<i>Figura 6.</i> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Enquadramento/ Descrição	47
<i>Figura 7.</i> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Manifestantes	49
<i>Figura 8.</i> Ocorrência percentual das subcategorias da categoria PSP	49

Introdução

O discurso dos *media* assume-se hoje em dia como uma das janelas para o mundo e para a sociedade: através dele, podemos conhecer realidades longínquas, bem como as questões/ problemas que dominam a actualidade. A omnipresença dos meios de comunicação nas sociedades actuais suscita, naturalmente, algumas questões. Que tipo de discurso têm? Podem os *media* influenciar a audiência? Quais as interpretações que emitem acerca dos variados assuntos? Poderá o seu discurso ter consequências ao nível sócio-político?

Numa sociedade em que a informação é o principal capital, os organismos públicos e privados têm vindo a adoptar uma postura mais consciente relativamente a estas questões, e que se tem materializado na criação de estratégias comunicacionais. A Polícia de Segurança Pública (PSP) tem vindo a modernizar-se também nesse aspecto, seja através da criação de um departamento especializado para a comunicação com os *media*, seja através de uma maior aproximação ao cidadão, que consegue com recurso aos meios digitais (e.g., o website da PSP, ou o perfil na rede social Facebook). Não obstante, para que as estratégias comunicacionais sejam mais eficientes, é necessário perceber que discursos percorrem a sociedade relativamente à PSP e ao seu trabalho: será que os meios de comunicação falam de forma mais positiva ou negativa acerca da actuação policial? Em que medida terá esse discurso impacto na legitimidade percebida? No sentimento de segurança/ insegurança do cidadão?

Estas são algumas das questões que nortearam a realização deste trabalho. Diga-se, entretanto, que esta pesquisa se enquadra numa Linha de Investigação do Laboratório de Grandes Eventos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, e que estuda a percepção da comunicação social acerca da actividade policial.

Em concreto, analisámos o discurso da imprensa escrita (vulgo jornais) sobre a actuação policial nos grandes eventos de cariz político (e.g., manifestações, greves) durante o ano de 2013, procurando, fundamentalmente, compreender como a actuação policial é percebida pela imprensa escrita, bem como destacar os esquemas interpretativos que os jornais emitem para a sociedade.

Assim, organizámos o trabalho de maneira a, primeiramente, elucidar acerca do estado da arte relativamente às teorias da comunicação e dos seus efeitos, e como não poderia deixar de ser, sobre a PSP, o que constitui a sua primeira parte. Formulado o problema de investigação, descreve-se o método adoptado para poder vir a responder às questões

formuladas. Recorremos à análise de conteúdo, que fizemos operar sobre o corpus de notícias seleccionado, utilizando um procedimento misto de análise.

Seguidamente, apresentámos e discutimos os resultados a que chegámos, e no último capítulo, relativo às conclusões, pretendemos cumprir os objectivos a que inicialmente nos propusemos. Por último, efectuámos uma apreciação final sobre os conteúdos destacados com a execução desta investigação, tentando retirar ilações para a melhoria do processo comunicacional a desenvolver pela PSP.

Esperamos que com este trabalho possamos contribuir para melhorar e/ ou desenvolver estratégias comunicacionais na PSP, tendo por base a nossa caracterização discursiva.

Capítulo I – Enquadramento teórico

1. Comunicação

Para autores como Santos (2001, p. 12), historicamente “não é possível localizar a origem da comunicação enquanto transmissão intencional de sentidos por parte de seres humanos”. Outros há, como Cruz (2002), que situam o aparecimento na Idade da Pedra dos primeiros indícios de uma comunicação efectiva entre os povos primitivos.

Embora o étimo do termo utilizado actualmente – comunicação – derive do latim, a génese deste acto é longínqua e o seu significado e definição alteram-se desde então. Como nos diz Rodrigues (2011, p. 19), a palavra comunicação deriva do latim *communicatio*, que “designava (...) a participação em simultâneo de duas ou mais pessoas (*cum-*) numa determinada função ou tarefa, *munus*.”

Posteriormente, viria a designar na Roma Antiga a participação dos cidadãos no exercício dos seus direitos e deveres democráticos; na Idade Média, o direito dos Cristãos participarem nos actos de culto; quando transita para o século XVII perde o cunho religioso e adquire um sentido funcional epitomado por John Locke: “o uso que o homem faz da linguagem para provocar na mente de outro homem as ideias que possui fechadas na sua mente” (Rodrigues, 2011, p. 21); nos finais do século XVII, “a palavra estende o seu campo semântico aos meios e vias de comunicação como estradas, canais e caminhos-de-ferro, etc., confundindo-se a comunicação, de informações e ideias, com o transporte, de coisas e pessoas” (Serra, 2007, p.70); no século XVIII, assenta na ideia Kantiana da razão, da transmissão de ideias por indivíduos que partilham do senso comum (Rodrigues, 2011), sendo ulteriormente “utilizado para designar as trocas dos organismos vivos com o meio ambiente, graças aos dispositivos naturais que lhes permitem assegurar tanto a sobrevivência dos indivíduos como a organização e a reprodução das diferentes espécies de seres vivos” (Rodrigues, 2011, p. 23); por fim, no século XX, começa por assumir nos Estados Unidos da América (EUA) um significado que se afasta marcadamente da indústria dos transportes e designa os media, entendidos à data como a imprensa ou a rádio (Serra, 2007).

Se outrora podíamos ancorar este tema em disciplinas como a Antropologia, a Teologia, a Sociologia, a Biologia, entre outras, presentemente a comunicação abarca uma miríade de áreas científicas. Ainda que não exista concordância acerca da sua natureza, contemporaneamente, Fiske (2002, p. 1) apresenta-a como uma área de estudo multi-disciplinar, que pode adquirir morfologias como “a forma como falamos uns com os outros,

(...) televisão, (...) divulgar informação, (...) o nosso penteado, (...) crítica literária: a lista é interminável”.

Mais do que objecto de estudo, a comunicação tem por fim suprir necessidades humanas de várias ordens, que, de acordo com a hierarquia de necessidades de Maslow (in Sousa, 2006), podem abarcar diferentes níveis, nomeadamente: básicas, de segurança, sociais, de auto-estima e de actualização pessoal.

A comunicação humana torna toda a sua existência abundante em significados, facilitando, em última análise, a sobrevivência e continuidade da espécie. É cristalina a preponderância para o entendimento mútuo, partilha de informações, integração nos diversos meios sociais, entretenimento, aquisição de bens essenciais e desenvolvimento das relações interpessoais, que, por fim, concorrem para a harmonia e bem-estar, quer para o indivíduo, como também, num cômputo geral, para a estrutura social onde se insere (Sousa, 2006). Morreable, Osborne e Pearson (2000, p.25) também se debruçaram sobre a importância da comunicação e afirmam que ela é fundamental, pois “desenvolve a pessoa, melhora o papel da educação, acelera os interesses da sociedade, faz a ponte entre as diferenças culturais e acelera o avanço das carreiras e o trabalho em geral”.

Já verificámos que no decurso da História a definição de comunicação evoluiu, assumindo significados díspares. Em meados do século XX, era vista como um processo técnico, tendo registado uma crescente precisão, pelo que conta agora com um significado distinto (Santos, 2001). “É certo que a palavra comunicação ainda está associada ao transporte de objectos físicos, mas, em geral, ela já é entendida sobretudo como o transporte de ideias e emoções expressas através de um código” (Santos, 2001, p. 11). Nesta senda, “a comunicação ocorre quando alguém compreende que algo (em específico) é proferido de uma determinada maneira por alguém. Isto implica que toda a comunicação requer uma síntese de três selecções, designadamente informação, elocução e compreensão (incluindo a má interpretação) ” (Luhmann, cit. in Tække & Paulson 2010, p. 2). Não obstante, e complementando esta posição, uma vasta parte da comunicação é não-verbal, ou seja, “isto significa que quando atribuímos significado ao que alguém diz, a parte verbal da mensagem transmite, na verdade, menos do que a parte não-verbal. Esta inclui aspectos como a linguagem corporal e o tom de voz” (Wertheim, 2008 p. 1), que frequentemente se constituem de actos involuntários. Dado isto, temos de estar conscientes que a comunicação implica um processo de recepção e/ ou envio de um conjunto vasto de informação. Por conseguinte, torna-se evidente que poderão haver distorções da mensagem, seja este acto intencional ou não.

Para Shannon e Weaver (1964), existem três grandes problemas no que concerne à comunicação: o técnico, o semântico e o de eficácia. Genericamente, o problema técnico prende-se com as características técnicas dos suportes físicos da comunicação (por exemplo, um jornal, a rádio) e a precisão da mensagem por eles veiculada; o problema semântico diz respeito à diferença entre a significação da mensagem que pretende ser transmitida pelo seu emissor e aquela que é interpretada pelo receptor; por último, o problema da eficácia está inter-relacionado com o semântico, na medida em que procura apurar com que eficácia o significado recebido afecta a conduta do receptor, da forma originalmente pretendida pelo emissor (Fiske, 1990). Enquanto os dois problemas apresentados de início relatam essencialmente complicações cuja origem reside em dificuldades involuntárias, o terceiro poderá eventualmente ser susceptível a alguma perversidade de discurso intencional, entenda-se, através da persuasão. Recuando na História, a Primeira Guerra Mundial mergulhou a Europa num estado belicoso, que obrigava ao envolvimento de todos “para apoiarem a Pátria na acção contra o inimigo e assim suportarem possíveis privações” (Guaraldo, 2007, p.9). Para levar a cabo esta empresa, “a Grã-Bretanha decidiu que deveriam ser (...) utilizados meios para uma maciça operação de persuasão em favor da sua causa” (Santos, 2001, p. 15), materializando-se, assim, a propaganda de cunho pejorativo que hoje conhecemos. A este propósito, esclareceremos adiante e de forma mais detalhada a intencionalidade da comunicação e os efeitos que visa, no ponto relativo às teorias da influência e persuasão.

1.1 - Comunicação de massas

Para se compreender claramente o que representa a comunicação de massas, importa definir primeiro dois conceitos que lhe são inevitavelmente inerentes: *media* e *mass media*.

Para que a comunicação seja possível, os *media*, ou meios de comunicação, desempenham um papel vital: são eles os principais suportes transmissores de informação, constituindo assim os meios de comunicação através dos quais a informação e as notícias são veiculadas (Castells, 1999). Por sua vez, os *mass media* diferem dos *media*, na medida em que “operam em grande escala, atingindo e envolvendo virtualmente quase todos os membros de uma sociedade em maior ou menor grau” (McQuail, 2003, p. 4).

A comunicação de massas, frequentemente confundida com os termos definidos anteriormente, designa “as instituições e técnicas pelas quais grupos especializados empregam meios tecnológicos (jornais, rádio, cinema, etc.) para disseminar conteúdos

simbólicos junto de grandes audiências, dispersas e heterogéneas” (Janowitz, cit. in McQuail, 2003, p. 14).

A capacidade de os *media* influírem directamente na audiência faz parte de um corpo de teorias unidireccionais, do ponto de vista dos efeitos, que pertence a um paradigma da comunicação de massas que já não é sustentável actualmente. Intimamente ligado a esta visão, no que diz respeito à actuação directa dos meios de comunicação, está o conceito de “sociedade de massas”, que Wolf (2000, p.25) caracteriza como sendo “composta por pessoas que não se conhecem, que estão separadas umas das outras no espaço e que têm poucas ou nenhuma possibilidades de exercer uma acção ou uma influência recíprocas”. Os indivíduos que compõem a massa seriam expostos, através dos *media*, a “mensagens, conteúdos e acontecimentos, que vão para além da sua experiência, que se referem a universos com um significado e um valor que não coincidem necessariamente com as regras do grupo de que o indivíduo faz parte” (Blumer, cit. in Wolf, 2000, p.25), contribuindo este processo para que os *media* consigam “subverter e quebrar a ordem social instituída” (Baran & Davis, 2012, p. 28).

Presentemente, a comunicação de massas não é mais vista como um instrumento das elites de poder, cujos conteúdos impunham os seus efeitos numa audiência “que [reagia] isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massas monopolizados” (Mills, cit. in Wolf, 2000, p. 26). O processo da comunicação de massas é agora preceituado e orientado de acordo com os “interesses e exigências de uma audiência só conhecida pelas suas selecções e respostas ao que é oferecido” (McQuail, 2003, p. 55).

Actualmente estamos perante um novo paradigma, que abandona por completo a ideia dos efeitos directos e de uma sociedade massificada. A partir da década de 1950 a investigação científica começou a trazer à colação a noção de que existem diversas formas de resistência à influência dos *media*. Não era possível afirmar, de forma categórica, o grau de preponderância que estes meios assumiam na construção da consciência das pessoas, entendendo-se que as atitudes do público eram moldadas por diferentes factores que competiam entre si, designadamente a “família, amigos, e comunidade religiosa” (Baran & Davis, 2012, p. 30), a que poderemos juntar os colegas de trabalho. A este propósito, McQuail (1994) discorre especificamente sobre o processo de aprendizagem que ocorre através dos *media*, que pode assumir duas morfologias: a primeira, na qual os *media* veiculam reiteradamente a sua representação de realidade, por meio de “factos e normas, valores e expectativas” (p.14) que o receptor poderá ou não adoptar; a segunda, postula que

existe uma dinâmica de selecção interactiva entre o indivíduo e os *media* que imbricará na formação do seu “comportamento e auto-conceito” (p.14).

Posto isto, torna-se clara a preponderância que a comunicação de massas tem nos dias de hoje: através dela, é possível chegar a um público vasto, que, ainda que heterogéneo e disperso, partilha uma construção da realidade veiculada pelos meios de comunicação com a qual de outra forma não teria contacto. Por fornecerem esta representação da realidade, seja ela adoptada ou não pelas massas, os *media* possuem o poder de dizer ao mundo aquilo que é ou não a norma e a realidade social. Desta forma, “podemos esperar que os *mass media* nos digam quais os diferentes tipos de papéis sociais e as expectativas que lhes estão inerentes, na esfera laboral, familiar (...) [e ainda] que certos valores sejam reforçados de forma selectiva” (McQuail, 1994, p.14).

Como Tuchmann (1978, p.12) afirma, “o acto de produzir a notícia é o acto de construir a própria realidade e não tanto a imagem da realidade”.

Podemos questionar se, no caso de quem apenas tem conhecimento de realidades extrínsecas por meio dos *mass media*, a sua visão dessa mesma realidade não será condicionada pela forma como eles veiculam a informação. Sobre estas questões, centrais ao nosso estudo, discorreremos adiante, explanando algumas das teorias e processos que influem no discurso noticioso, bem como os seus efeitos.

1.2 - Teorias da Comunicação

Uma teoria da comunicação é “uma síntese sistematizada acerca da natureza do processo comunicacional” (Dainton & Kelley, 2011, p.4). Por conseguinte, as teorias da comunicação pretendem, com base no que são os fenómenos particulares, extrair uma explicação geral, através da qual se possa entender este processo em diferentes circunstâncias.

A existência de várias teorias é compreensível se tivermos em conta a multiplicidade de factores que concorrem para a formação de um ponto de vista ou perspectiva (Miller, 2005). Estes factores residem nas “transformações técnicas, políticas, económicas e culturais” (Rodrigues, 2011, p.165), constituindo apenas um espectro limitado que irá determinar cada abordagem à comunicação e a sua singularidade. Pelo exposto, obter uma visão holística é, para Rodrigues (2011, p.16), “insustentável”. Não “devemos ignorar [aspectos como] o contexto histórico em que surgiram [as teorias da comunicação] nem os

seus limites” (Rodrigues, 2011, p.15), sob pena de alcançarmos uma compreensão parcial e deficitária da teoria em apreço.

Deste modo, “cada contribuição para as teorias da comunicação (...) representa uma abordagem – e os seus vieses e limitações” (Craig, 1993, p.32). Uma teoria é apenas uma das perspectivas através da qual se pode explicar um determinado fenómeno, justificando-se assim a existência de várias teorias da comunicação.

A multidisciplinaridade da comunicação também torna este campo pouco consensual, uma vez que os objectos de estudo diferem, bem como as suas metodologias e prismas (Serra, 2007). Segundo Craig (1993), o campo da comunicação enfrenta um paradoxo, na medida em que o surgimento de novas e diversificadas teorias conduz a uma crescente confusão e incerteza acerca das mesmas. Com a criação de novas tecnologias, surgem também novos fenómenos e aspectos comunicativos. As recentes morfologias dos *media* interactivos estão a alterar a face daquilo que é o modelo tradicional da comunicação e, conseqüentemente, a alterar o seu enquadramento nos modelos teóricos previamente existentes (Bryant & Miron, in Baran & Davis, 2012). Através da Internet e das telecomunicações, o mundo está agora ligado instantaneamente por “super-auto-estradas de informação [que colocam no] (...) horizonte uma segunda era dos meios de comunicação de massa” (Poster, 2000, p.13).

Todavia, a heterogeneidade de teorias não implica que estas sejam de tal modo dissonantes dos modelos tradicionais, que não se possam sistematizar e integrar neles. Para Rodrigues (2011, p.14), “as teorias da comunicação, depois de esquecidas, tendem muitas vezes a reaparecer de novo, de maneira directa ou indirecta, revestidas eventualmente de outras formulações”.

No âmbito da comunicação, existem diversas teorias que abordaremos nos subcapítulos seguintes, sendo que, pela limitação de tempo e espaço, apenas apresentaremos uma selecção das que considerámos mais relevantes no estudo da comunicação e dos seus efeitos.

1.2.1 - Paradigmas dos efeitos

De uma forma geral, o campo das teorias da comunicação tem sido alvo de alterações paradigmáticas significativas. Pensar que os *media* eram capazes de influenciar de forma imediata e directa as suas audiências foi apenas um ponto de partida para inferências mais

elaboradas, e constitui um dos três principais paradigmas dos estudos comunicacionais que abordaremos (Littlejohn & Foss, 2009).

O estudo das teorias da comunicação perfaz cerca de um século, tendo-se iniciado por volta da década de 1920. Por esta altura, os estudiosos estavam convencidos que o processo comunicativo dos meios de comunicação servia de instrumento “de propaganda que visava levar os indivíduos a responderem de forma mais ou menos dócil, uniforme e homogénea aos estímulos que lhes eram fornecidos” (Serra, 2007, p. 66).

A concepção de um público passivo e acrítico constitui o primeiro paradigma, frequentemente definido como “paradigma dos efeitos poderosos” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 624). À época, os conflitos mundiais e a propaganda fortemente utilizada pelos líderes políticos pareciam dar força a esta concepção, sobretudo pelo uso exacerbado de meios como a rádio, o cinema, os jornais, entre outros (Baran & Davis, 2012). Contudo, este paradigma atribuiu um poder excessivo aos meios de comunicação e não teve em conta o facto de que “este poder reside, em última análise, no uso que a audiência escolhe dar-lhe” (Baran & Davis, 2012, p. 28).

Na década de 1940, ao estudar a influência directa dos *media* sobre o voto político, Paul Lazarsfeld (in Littlejohn & Foss, 2009) demonstrou que esta era praticamente inexistente, e que a opinião/ comportamentos do público só poderiam ser reforçados, ao invés de alterados. A ineficácia dos meios de comunicação em ditar às audiências o que pensar encontra a sua explicação na teoria da dissonância cognitiva (Festinger, 1963), segundo a qual os indivíduos tendem a alterar informações que contrariam as suas crenças, valores, ideias ou comportamentos, para se aproximarem a estas. Assim, numa lógica de auto-preservação, o indivíduo altera a informação causadora de dissonância cognitiva para que esta se aproxime o mais possível ao conjunto de valores, ideias ou crenças de que perfilha. Deste modo, a constatação supracitada de Baran e Davis (2012) toma força, uma vez que, nesta óptica, o poder dos meios de comunicação esteve limitado pela impermeabilidade relativa dos receptores, que apenas sofreram a influência no âmbito do reforço da sua visão/ comportamento. Por conseguinte, o paradigma então vigente ancorou essencialmente na ideia de que os efeitos dos *media* eram limitados e não disruptivos em relação ao *status quo* (ao contrário do paradigma anterior) – surgia assim o “paradigma dos efeitos limitados” (Baran & Davis, 2012, p. 30). Todavia, a crescente difusão da televisão pelos lares americanos na década de 1960 e as imagens de violência por ela transmitidas levaram os estudiosos a reequacionar o paradigma vigente e a considerar os efeitos deste novo meio de comunicação (Littlejohn & Foss, 2009). Recuperando a noção de que os *media*

têm, efectivamente, efeitos poderosos sobre a audiência, este novo paradigma difere do primeiro na medida em que considera os efeitos a longo prazo e não no imediato e, ainda, que estes não são directos mas sim uma conjugação de diversos factores. O paradigma dos “efeitos cumulativos”, que denomina os efeitos a longo prazo resultantes da exposição aos *media*, é desde a sua génese até aos dias de hoje comumente aceite como o que melhor explica o fenómeno da influência dos meios de comunicação. Serra (2007, p. 69) caracteriza o paradigma actual como “uma pluralidade disciplinar em que se incluem ciências matemáticas, físicas, sociais, humanas e as próprias «humanidades»”. Nesta senda, o mesmo autor identifica também tendências para as quais converge este paradigma:

A ênfase na recepção em detrimento da produção, na interacção em detrimento da transmissão; uma atenção especial aos aspectos económicos, políticos, sociais e culturais dos fenómenos da comunicação; uma preferência pela observação e análise de aspectos concretos e pontuais em detrimento da teorização genérica e especulativa; a tentativa de conjugação da componente empírica e da componente reflexiva e teórica, ultrapassando assim quer o empiricismo quer o teoricismo. (p. 69)

Uma vez explanados os paradigmas que pautam os estudos sobre a comunicação, passaremos a referir algumas das teorias que neles se inserem e que, sob diferentes ângulos, tentaram fornecer uma explicação ampla do fenómeno comunicativo. Estas inserem-se em três tipos: teorias da cultura e sociedade; teorias da influência e persuasão; e, teorias do uso dos *media* (Littlejohn & Foss, 2009).

1.2.2 - Teorias da cultura e sociedade

As teorias referentes à cultura e sociedade debruçam-se mormente sobre um nível macro, como o próprio título indica, referente aos efeitos da comunicação por parte dos *media* na cultura e na sociedade. Aqui se inserem teorias como a do *agenda-setting*, que popularizou a expressão cunhada por McCombs e Shaw – *what to think about* –, e que depôs a ideia de que os *media* exerciam uma influência categórica, ditadora dos pensamentos e opiniões das audiências e reformulou a ideia: ao noticiarem determinado leque de acontecimentos em detrimento de outros, os *media* ditam os assuntos sobre os quais pensar

e conversar, criando assim uma agenda de temas para as audiências (in Wolf, 2000). Deste modo, os meios de comunicação fornecem modelos simplificados da realidade, dado que, para Lippman (1922), esta é demasiado complexa e fugaz para o público absorver na sua totalidade. Estes modelos ou imagens simplificadas da realidade materializam-se na notícia, donde, pela diversidade de notícias emitidas pelos meios de comunicação, “o mundo é percebido de maneiras diferentes para pessoas diferentes, dependendo não só dos seus interesses pessoais, mas também do mapa que lhes é desenhado pelos escritores [e] editores (...) dos jornais que lêem” (Cohen, 1963, p. 13). Embora não possamos estabelecer uma relação de causa-efeito entre aquilo que os *media* noticiam e o que a audiência pensa, para Cohen (1963) o seu efeito é poderoso, na medida em que fornece um leque de temas sobre os quais dialogar, discutir. Mais ainda, este autor defende o estabelecimento, por parte dos meios de comunicação, de uma hierarquia de importância relativamente aos conteúdos noticiados, ao dar mais destaque a uns em detrimento de outros. Nesta senda, McCombs e Shaw (1972, p. 176) salientam o papel preponderante que os editores, jornalistas e demais actores intervenientes na elaboração da notícia detêm para a formação da realidade política e social, verificando empiricamente que “os leitores aprendem não só sobre um determinado assunto, mas também quanta importância lhe dar, dada a quantidade de informação contida na notícia e a posição que ocupa” – fenómeno posteriormente designado por *priming* (Baran & Davis, 2012). Para além de se aplicar maioritariamente a conteúdos políticos e noticiosos, esta teoria abarca outra grande limitação, uma vez que assume que a determinação de uma agenda de assuntos parte dos apenas *media* para o público, ignorando um fluxo contrário. Não obstante, a partir desta teoria desenvolveu-se uma outra, o *agenda-building*, que toma em consideração um fluxo plural na determinação da agenda, composto pelos *media*, pelo governo e pelos cidadãos (Lang & Lang, 1983). Diferentemente da primeira teoria, de nível micro quanto aos seus efeitos, o *agenda-building* alcança um plano macro ao admitir que os seus efeitos se produzem ao nível da sociedade (Baran & Davis, 2012). Nesta lógica, onde outrora a Polícia era o elemento-chave num processo de *agenda-setting*, agora é simultaneamente parte dos envolvidos no processo mais complexo e imprevisível do *agenda-building* (Lang & Lang, 1983). No entanto, a “acessibilidade não é causa fundamental do *agenda-setting* [, ou seja,] em vez de confiarem simplesmente naquilo que é acessível à memória, as pessoas prestam atenção ao conteúdo noticioso e efectuem juízos acerca da importância nacional, baseados no seu conteúdo” (Miller, 2007, p. 711). Outra questão é o modo como esse conteúdo é exposto – por existirem inúmeras maneiras de noticiar um acontecimento, as particularidades discursivas de cada uma (ainda que possam

ser subtile) determinam os esquemas interpretativos dos leitores, influenciando assim a perspectiva sob a qual problematizam o assunto. Segundo Druckman (2001), a este processo dá-se o nome de enquadramento (*framing*), e impõe-se como pedra angular para o entendimento da formação da opinião pública. Nesta óptica, as elites possuem um papel preponderante na determinação de que *frames* – esquemas interpretativos – emitir para o público, enfrentando poucas limitações ao fazê-lo. Embora exista uma preocupação respeitante ao poder exacerbado que as elites possam deter, é necessário ter em conta que, para se verificarem os efeitos do *framing*, a credibilidade que lhes é atribuída constitui um pré-requisito limitador da sua acção. Conquanto os indivíduos deleguem nas elites o papel de os ajudar a escolher de entre os muitos *frames* em que acreditar, estes não integram de forma irracional e automática os conteúdos emitidos – ao invés, “elaboram um processo psicológico, no qual (...) consciente e deliberadamente, pensam acerca da importância relativa de diferentes considerações sugeridas por um *frame*” (Druckman, 2001, p. 1043). Por conseguinte, os indivíduos só acreditam nos *frames* provenientes de fontes que consideram como credíveis. O fenómeno do *framing* pode implicar, em última análise, que “a facção ideológica que gaste recursos suficientes em propaganda e manipulação e que envie sinais suficientemente audíveis possa prevalecer na definição dos termos de debate” (Chong, 1996, p. 222). Todavia, estas implicações não são claras, pelo que devemos ter em conta que os efeitos do *framing* apenas se verificam quando “duas afirmações logicamente equivalentes de um problema levam os decisores a escolher opções diferentes” (Rabin, cit. in Druckman, 2001, p. 1042).

Igualmente preponderante para a compreensão da formação da opinião pública se afigura a teoria da espiral do silêncio, que parte da premissa de que o indivíduo receia o isolamento, e de que a sociedade tende a isolar pessoas com opiniões desviantes ou marcadamente diferentes da prevalente (Baran & Davis, 2012). Como Aristóteles (trad. 2000) afirmava, a sociedade precede o Homem, facto que o torna um animal social, incapaz de viver isolado. Em conexão com este facto, Noelle-Neumann (1984) concebe o ser humano como estando em avaliação constante do mundo que o rodeia, bem como das opiniões circundantes – se a sua opinião se coaduna com a da maioria, ele falará abertamente; se não, o indivíduo tenderá a resguardar-se, não expondo a sua visão divergente, numa lógica de auto-preservação relativamente ao cenário de isolamento. Por conseguinte, deste processo pode resultar que a transmissão de uma opinião (e especificamente o relato noticioso continuado de apenas uma perspectiva de um determinado assunto) faça com que as opiniões divergentes sejam silenciadas ao longo do tempo (Noelle-Neumann, 1984). No entanto, foi

esta assunção, de que a longo prazo os *media* podem efectivamente silenciar a opinião pública divergente, que mereceu críticas por parte de outros autores, como Glynn e McLeod (1985): para eles, a teoria da espiral do silêncio menospreza, por exemplo, o poder das relações comunicativas interpessoais na mediação dos efeitos dos meios de comunicação. A ideia de que a minoria pode ser silenciada cai se tivermos em conta que há indivíduos que não receiam o isolamento, seja qual for a opinião que percebem ser a da maioria – por exemplo, se tiverem uma grande ligação com o tema, poderão simplesmente escolher não imergir no silêncio (Salmon & Kline, 1983).

Em suma, verificamos que, por um lado, a acessibilidade e, por outro, os esquemas interpretativos emitidos pelos *media* para a sociedade em geral “constituem [parte do] poder real da imprensa e de outros meios de comunicação de massa, ao providenciar a base para a opinião pública e acção política” (Park, cit. in Baran & Davis, 2012, p. 321).

1.2.3 - Teorias da influência e persuasão

No ponto 1, referente à comunicação, chamámos a atenção para a intencionalidade deste processo com vista a obter determinados efeitos sobre os receptores, comprometendo-nos a esclarecer esse aspecto na presente secção. Cumprindo esse desígnio, começamos por referir que, na sua génese, os estudos iniciados por volta da década de 1920 se debruçavam sobre o que os estudiosos acreditavam ser manipulação. Foi por esta altura que os especialistas responsáveis pelo esforço de manipulação dos factos associados à I Guerra Mundial, começaram a revelar a máquina de propaganda criada pelos países beligerantes (Santos, 2001). À época, acreditava-se que a comunicação era onnipotente, ou seja, possuía o poder de exercer efeitos directos e imediatos sobre os receptores, o que deu origem a teorias como a das balas mágicas (ou agulha hipodérmica). Segundo esta, a comunicação dos *media* operava um processo de estímulo-reacção, isto é, os meios de comunicação emitiam notícias/conteúdos, que produziam automaticamente efeitos nos seus receptores. Contudo, e como já referimos na secção respeitante aos paradigmas dos efeitos da comunicação, esta concepção manipulatória dos meios de comunicação foi sofrendo mutações, sendo posteriormente abandonada, pelo que, presentemente, o paradigma mais aceite refuta qualquer efeito directo e imediato. Daqui decorre que, hodiernamente, é mormente rejeitada uma concepção puramente manipulatória da comunicação, considerando-se que o que existe é uma influência comunicativa e efeitos a longo prazo (Santos, 2001). Com efeito, uma das teorias que integra os estudos da influência e persuasão surge em meados da década de 1960, pela

mão do psicólogo Albert Bandura, e “foca-se na capacidade [humana] de aprender sem qualquer experiência directa” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 625) – a teoria da cognição social. De forma breve, podemos entender este processo se pensarmos que, sem os *media*, a aprendizagem humana seria baseada unicamente na experiência própria e na observação do mundo envolvente. A título exemplificativo, o ser humano aprende que não deve tocar no fogo porque irá queimar-se, quer já o tenha experienciado (e assim recebido um estímulo negativo) quer tenha visto ou tido conhecimento de uma situação similar ocorrida com outra pessoa. Contudo, com a existência dos meios de comunicação as pessoas têm a possibilidade de aprender não só pelos processos descritos anteriormente, mas também com o que vêem/ lêem/ escutam – “essencialmente, substituímos uma representação – uma imagem mental – de uma experiência por uma experiência (e neste caso, dolorosa)” (Baran & Davis, 2012, p. 195). Desta teoria rapidamente floresceram conexões, nomeadamente com os efeitos do *priming*: “a apresentação de certos estímulos com significados particulares «facilita» outros conceitos semanticamente relacionados, aumentando a probabilidade de que ideias com o mesmo significado do estímulo estejam mais acessíveis na memória” (Jo & Berkowitz, 1994, p. 46). Esta aceção, denominada perspectiva cognitiva-neoassociativa, foi originalmente relacionada com as imagens violentas transmitidas pelos *media*, e postula que a visualização frequente de determinados tipos de imagem facilita alguns esquemas mentais, tornando-os mais acessíveis ao indivíduo, nomeadamente no processo de julgamento dos outros (Shrum, 2009). Face a isto, podemos efectuar um paralelismo entre a perspectiva descrita e o tipo de imagens/discurso atinentes à actuação policial, bem como os esquemas mentais que são favorecidos em consequência disso.

A partir do conceito relativamente simples da cognição social germinaram esquemas mais elaborados, de onde salientamos o Modelo de Probabilidade de Elaboração – *Elaboration Likelihood Model* (ELM). Este procura entender de que forma as pessoas são persuadidas, processo que visa induzir o interlocutor numa determinada conclusão (Littlejohn & Foss, 2009).

Apesar de se considerar frequentemente que o receptor é unicamente influenciado pelas notícias e pelos seus vieses, ele também é parte de um grupo e sofre a sua influência, sendo que um dos principais vieses é a identidade social, em que o indivíduo tende a ver as opiniões/considerações do seu grupo como as mais correctas (Anastasio, Rose, & Chapman, 1999). Neste sentido, Petty e Cacioppo (1981) defendem que o indivíduo, por razões do foro social, é impelido a tomar atitudes que se coadunem com o que acredita ser o socialmente correcto. No entanto, nem todas as pessoas terão a capacidade ou a predisposição para avaliar

plenamente todas as suas atitudes ou pontos de vista em relação a algo (Baran & Davis, 2012). Para Petty e Cacioppo (1981), existem duas vias através das quais o indivíduo tomará a sua resolução relativamente ao que aceita como correcto: a via central e a via periférica. Segundo estes autores, por um lado a via central diz respeito aos raciocínios mentais caracterizados por um grande esforço no sentido de compreender os argumentos relativos à questão em análise, seja este processo gerado pela “relevância da informação, necessidade de cognição ou sentido de responsabilidade” (Baran & Davis, 2012, p. 268); por outro, a via periférica funciona como “atalho” ao processo mental, em alternativa à complexidade e esforço críticos exigidos pela via central – desta forma, as decisões poderão ser tomadas em ordem a critérios como a pressão grupal (Littlejohn & Foss, 2009).

Em conexão com os processos anteriormente descritos, Anastasio et al. (1999) colocam o enfoque sobre a forma como os *media* noticiam e os efeitos que daí podem advir. Nesta acepção, para além de poderem enviesar as percepções dos indivíduos por eventualmente fornecerem uma visão pouco representativa da realidade, os meios de comunicação também podem levar a que o processamento de informação seja enviesado pela forma como segmentam as opiniões em grupos homogéneos (Anastasio et al., 1999). Explicitando, a ênfase não deverá ser dada às opiniões entre grupos diferentes, mas sim à opinião que é partilhada por eles – se possível, apresentando grupos heterogéneos com opiniões mistas. Porque os indivíduos não dispõem a todo o momento de toda a informação acerca dos assuntos que lhes são apresentados pelos meios de comunicação, tendem a utilizar a via periférica, podendo este uso materializar-se na “robusta tendência para simpatizar com o grupo de pertença” (Anastasio et al., 1999, p. 155). De uma forma geral, as conclusões a que estes autores chegaram põem a tónica no papel dos *media*, que ao segmentarem as diferenças de opinião por grupos homogéneos, têm, efectivamente, a capacidade de fazer com que elas perdurem no tempo (Anastasio et al., 1999). Transpondo este raciocínio para a particularidade do nosso trabalho, a segmentação por parte dos *media*, da opinião acerca da actuação policial em grupos homogéneos, pode favorecer processos de raciocínio simplificados de via periférica, precisamente porque nem toda a gente dispõe de toda a informação relativa aos acontecimentos noticiados para formar a sua opinião pela via central.

1.2.4 - Teorias do uso dos *media*

Nas duas últimas secções abordámos os efeitos dos *media*, sobre o indivíduo e sobre a sociedade e cultura, respectivamente. No entanto, a questão impõe-se: o que leva o indivíduo

a escolher um ou vários tipos de meios de comunicação e a expor-se aos seus conteúdos e efeitos? A interrogação vem sendo abordada desde a década de 1940, quando Herta Herzog desenvolveu um estudo cujo objectivo era compreender as razões que levavam as pessoas a ouvir rádio (Baran & Davis, 2012). Este estudo esteve na origem do que veio posteriormente a designar uma das principais teorias do uso dos *media*, e que abordaremos brevemente – a teoria dos usos e gratificações.

A teoria dos usos e gratificações foca-se mormente nas razões que levam o indivíduo a expor-se a meios específicos de comunicação. Na sua génese, o estudo de Herzog acerca das gratificações que as pessoas procuram através do uso dos *media* veio revelar três grandes tipologias gratificadoras: a libertação emocional; o entretenimento pela oportunidade de exercitar o “*wishful thinking*” – ver retratada uma situação na qual gostariam de se ver; e, por fim, os conselhos/ lições que se podem retirar de situações retratadas (Baran & Davis, 2012). O que importa ressaltar relativamente à teoria dos usos e gratificações é que, como Littlejohn e Foss (2009) defendem, o indivíduo escolhe que meios de comunicação usar, de forma a suprir as suas necessidades – sejam elas informativas, de entretenimento ou até ambas. Consoante o ou os meios que escolha, também os padrões de exposição e efeitos serão diversificados (Littlejohn & Foss, 2009).

1.3 - Imprensa

Referindo-se ao surgimento da imprensa, Bacon (1902, p.55) afirmou que esta foi uma das descobertas com mais impacto na vida do Homem, responsável por mudar “o aspecto e o estado das coisas em todo o mundo”. Antes da sua invenção, “todos os livros eram manuscritos” (Curtius, cit. in Eisenstein, 1979, p.6) e os seus elevados custos apenas os tornavam acessíveis aos detentores de poder económico, sendo “vistos, não como meio de instrução, mas como meio de ostentação de riqueza e gosto artístico” (De Vinne, 1878, p. 168).

O surgimento da imprensa de caracteres móveis na Europa, por volta de 1450, foi amplamente creditado a Johann Gutenberg (Cruz, 2002) e tornou possível a disseminação de conhecimento, até então sob o jugo das elites nobres e eclesiásticas (Condorcet, 1795). Através deste método inovador, permitiu-se “multiplicar indefinidamente e a um custo reduzido, cópias de qualquer obra” (Condorcet, 1795, p.72), pondo concomitantemente termo à replicação de erros desde a sua origem.

A imprensa mecânica foi “a chave-mestra de uma metamorfose cultural (...) que trouxe a standardização, permanência e possibilidade de disseminação em massa (...) [e que favoreceu o aparecimento de movimentos históricos como o] Renascimento, Reforma e Revolução Científica” (Eisenstein, cit. in Crick & Walsham, 2004, p.3). O conhecimento estava agora acessível entre os alfabetizados, bem como ao alcance das nações mais remotas e diversas (Condorcet, 1795).

Apesar de estarem lançadas as fundações para a vertiginosa difusão de informação que hodiernamente se conhece, foi preciso esperar até meados do séc. XV para que esta começasse a tomar forma. Com uma génese esparsa, remontam à Roma Antiga “os mais antigos espécimes aparentados com o jornal” (Cruz, 2002, p. 83), responsáveis por anunciar factos de interesse da vida romana como óbitos, casamentos, nascimentos, espectáculos, entre outros. Contudo, a publicação destas folhas noticiosas foi descontinuada devido aos elevados custos de matéria-prima e falta de meio em que se fizessem transportar. No milénio seguinte e durante toda a Idade Média, as notícias continuariam a ser transmitidas, mas por via da oralidade, uma vez que a maior parte da população era analfabeta (Cruz, 2002).

Com o advento da impressão em série, a satisfação das curiosidades populares em relação aos assuntos a ela circundantes passou a ser feita através de publicações periódicas, que imbricaram no seu quotidiano.

É categórico que “sem a impressão, teríamos muito pouco das nossas ciências modernas, tecnologias, (...) pois todas elas dependem primeiro ou finalmente, de informações transmitidas por enunciados pictóricos ou visuais exactamente repetíveis ou reproduzíveis” (Ivins, cit. in McLuhan, 1972, p.105). Sem este mecanismo, não seria também possível a existência da imprensa como agente difusor de informação.

Para Lemos, (2008, p.19), ela é “parte da memória das culturas políticas e (...) instituição que regista os factos históricos, (...) ao definir enfoques, [e] hierarquia de importância dos acontecimentos, (...) [ou seja,] estabelece o que será notícia, o que deverá ser registado ou esquecido”. Como entende McQuail (2003), ela veicula-se pela palavra impressa, como sejam os jornais, revistas e os periódicos, materializados em papel. Na óptica de Mendonça (2010, p. 22), a imprensa é “a designação colectiva dos veículos de comunicação informativa, em contraste com a comunicação puramente propagandística ou de entretenimento”. Em suma, verificamos essencialmente a imprensa como um instrumento informativo, estabelecedor de ordens de hierarquia e importância dos factos para os seus leitores.

Para este *status quo* muito contribuiu a evolução dos transportes, das técnicas de impressão, do nível cultural das populações e do panorama político dos diversos Estados. Estes permitiram propagar rapidamente a distribuição de jornais, aumentar as tiragens e registar uma importância crescente da imprensa, bem como do interesse pelos assuntos respeitantes ao público (Cruz, 2002). “A invenção da imprensa irradiou, espalhou e difundiu a linguagem impressa e deu-lhe um grau de autoridade que ela nunca mais perdeu” (James, cit.in McLuhan, 1972 p.116).

No entanto, esta preponderância progressiva da imprensa foi sempre acompanhada por desconfiança. Segundo Santos (2001, p.13), “os receios deram lugar a teorias conspirativas que sugeriam a existência de uma grande cabala para enganar populações inteiras em favor de determinados interesses”. Também McQuail (2003, p.123) partilha deste ângulo ao afirmar que a imprensa se constitui como um “espectro diversificado que pode ser afectado e mudado por muitas influências diferentes, incluindo acções de agências colectivas (...) bem como por dinâmicas gerais não planeadas que aparecem por mudanças da tecnologia, padrões de consumo, cultura e estilo de vida.”

Em última análise, cabe-nos ressaltar o papel da imprensa na formação da opinião pública. Se, como vimos, é susceptível de influências externas, e, como afirma Lemos (2008, p. 19), “faz um recorte da realidade, por meio da qual emite opiniões e ideias”, é preponderante analisar a fidelidade com que o faz e quais as suas consequências.

1.4 – A notícia

A notícia entende-se, segundo Cardet (1980, p.38), como “um facto actual com interesse geral”, em que este é definido por quem escolhe se determinado acontecimento/informação é ou não uma notícia. Segundo Fontcuberta (1999), a notícia constitui-se como mercadoria da actividade jornalística, uma vez que o principal objectivo dos meios de comunicação é informar, conseguindo o máximo de “influência e difusão” e alcançando o lucro financeiro (deste último depende a sustentabilidade dos que praticam a actividade jornalística). Na prossecução destes interesses, a notícia opera como veículo de factos e ideias, tentando o jornalista, através dela, “convencer serem os seus conteúdos [os] mais adequados aos interesses da audiência” (Fontcuberta, 1999, p. 42).

A sua estrutura, apesar de existirem diversas apresentações para a mesma, divide-se geralmente em *lead* e corpo (Fontcuberta, 1999). No *lead*, ou “cabeça” (Gaillard, 1971, p. 81), encontramos o essencial do que se pretende transmitir: elementos informativos que, de

preferência, causem impacto no leitor e sejam interessantes, de forma a chamar a sua atenção para a leitura do corpo da notícia. Por sua vez, o corpo deve fornecer uma explicação mais extensa e complementar a informação dada no *lead*. Fundamentalmente, a notícia deve fazer com que o leitor obtenha a melhor compreensão daquilo que lê, com o menor esforço possível (Gaillard, 1971).

Existem também diferentes tipos noticiosos, de onde enunciamos: a reportagem, a breve, o artigo de opinião, a entrevista, o editorial, e o correio do leitor (Crato, 1995). Sucintamente, a reportagem distingue-se da notícia pela actualidade e detalhe: conquanto esta deve ser imediata, a reportagem tem um carácter mais amplo relativamente à descrição dos acontecimentos, até porque deve ser mais detalhada, objectiva, e neste caso, através da narrativa, deve fornecer uma contextualização dos elementos narrados (Sodré & Ferrari, 1986). Por sua vez, a breve é uma informação, que, pela sua pouca relevância, não deve ocupar mais do que 20 linhas (Crato, 1995). Diferentemente, o artigo de opinião reflecte, como o nome indica, a opinião de alguma personalidade ou convidados pelo jornal acerca de um ou mais assuntos, devendo a sua posição ser devidamente fundamentada (Gradim, 2000). Quanto à entrevista, esta parte das perguntas do jornalista a uma personalidade, com vista a transmitir fielmente o seu ponto de vista/opinião; o editorial, ainda num âmbito opinativo, expressa a opinião do jornal enquanto um todo e versa sobre os temas que marcam particularmente aquela edição. Por último, o correio do leitor reflecte precisamente a opinião do leitor que elabora esse texto, podendo focar algum aspecto em particular das notícias, ou ainda, dar o mote para o debate (Gradim, 2000).

Relativamente à génese da notícia, Sousa (2005, p.75) refere que ela “nasce da interacção entre a *realidade perceptível*, os *sentidos* que permitem ao ser humano «apropriar-se» da realidade, a *mente* que se esforça por apreender e compreender essa realidade e as *linguagens* que alicerçam e traduzem esse esforço cognoscitivo”. De acordo com Gaillard (1971, p.26), as notícias constituem-se mormente de um “facto que ocorre ou que se prepara”, um acontecimento. Mas o que torna esse acontecimento/ informação em notícia? Fontcuberta (1999) explica que para que um facto possa vir a ser denominado de notícia, deve revestir-se de três requisitos fundamentais: deve ser recente, imediato e deve circular. Resumindo, temos que a notícia parte de um acontecimento ou informação que terá de ser descoberto recentemente; este acontecimento deve ser transmitido no imediato (com pouco hiato temporal entre o momento em que é descoberto e aquele em que é difundido); e, por último, tem que ser divulgado por um grande número de pessoas.

Dada a quantidade de factores concorrentes somente para a criação da notícia, podemos entender que esta complexidade se estende não só ao processo de criação, mas também ao de escolha e à forma como as notícias são difundidas.

A escolha das notícias por parte do jornalista é um processo subordinado a critérios nem sempre explícitos. A selecção noticiosa obedece a uma lógica de noticiabilidade (*newsworthiness*), que Wolf (2000, p. 195) define como “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias” – aquelas que merecem, pela sua relevância, ser publicadas. Com toda a quantidade de informação noticiável, seleccionar torna-se vital para a subsistência da actividade jornalística, na medida em que os conteúdos veiculados têm de captar a atenção e o interesse das audiências. Na demanda de selecção noticiosa, decorrente da noção de noticiabilidade, emergem determinados critérios, denominados valores-notícia. Estes actuam como um filtro a que a informação é sujeita, e são exemplos o “grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável (...) [o] impacte sobre a nação e sobre o interesse nacional (...), [o] interesse do público (...) e expectativas recíprocas sobre o conteúdo noticioso da concorrência” (Wolf, 2000, p. 201). Galtung e Ruge (in Sousa, 2001) também ilustram os valores-notícia com a negatividade associada a um determinado acontecimento: quanto mais negativos forem os factos descritos, maior probabilidade têm de ser noticiados. Associado a isto está o facto de as pessoas serem mais atraídas por conteúdos negativos em detrimento de positivos, e ainda, o facto de que retêm mais detalhes sobre os primeiros (Ridout, 2013). Concomitantemente, Galtung e Ruge (in Sousa, 2001) adiantam ainda outros exemplos, como o da “imprevisibilidade”, da “proeminência social dos sujeitos envolvidos”, da “significância”, da “proximidade”, da “continuidade” e do “momento do acontecimento”, entre outros. Sucintamente, os acontecimentos mais recentes, próximos, imprevisíveis, que envolvam actores sociais mais proeminentes, que se prolonguem no tempo ou ainda um grande número de pessoas (entre muitos outros factores) têm maior probabilidade de ser noticiados.

Importa salientar que, embora teoricamente sistematizados, os valores-notícia são elementos dinâmicos que variam no tempo e espaço, ajudando a incluir ou excluir conteúdos daquele que será o produto final: a notícia.

No que respeita à forma como se processa a notícia, o ideário ainda hoje prevalente, obedece, para muitos, à resposta às questões: quem, quando, como, onde, o quê e porquê (Fontcuberta, 1999). O jornalista deveria “contar a realidade histórica, tal como ela é” (Motta, Costa, & Lima, 2004, p. 35) e, por conseguinte, a notícia deveria ser um espelho

reflector da realidade e respeitadora em ordem a princípios basilares, como a objectividade e fidelidade dos acontecimentos relatados. Contudo, Tuchman (in Baran & Davis, 2012) salienta que, ainda que os jornalistas determinem procedimentos de modo a evitar a influência dos seus valores, estes terão sempre impacto nas notícias, donde, a notícia “obedece não só a técnicas mas a éticas” (Cascais, cit. in Fontcuberta, 1999, p.8).

De forma geral, na tentativa de responder à questão “porque é que as notícias são como são” (Castro, 2013, p.8), e quais os constrangimentos que enfrentam, encontramos o campo teórico da formação das notícias dividido entre teorias divisionistas e unionistas. Por um lado, as teorias divisionistas defendem que uma teoria é incapaz de explicar satisfatoriamente o conteúdo e forma das notícias, surgindo assim a necessidade de recorrer a um leque amplo de teorias (Sousa, 2005). Estas consideram modelos teóricos clássicos como a “teoria do espelho, da acção pessoal ou do *gatekeeper*; organizacional; acção política” (Traquina, cit. in Sousa, 2005, p.73), entre outras. Por outro, os teóricos a favor de uma teoria unionista consideram as anteriores incapazes de alcançar um consenso na resposta à pergunta supracitada, em virtude de, isoladamente, enfatizarem aspectos diferentes da influência nas notícias (Castro, 2013). Não obstante a existência desta dualidade de visões, existe um ponto de concordância entre as mesmas, no sentido de que os “factores de natureza pessoal, social (organizacional e extra-organizacional), ideológica e cultural enformam e constroem as notícias” (Sousa, 2005, p. 74).

1.5 - Jornalismo

Em traços gerais, o jornalismo pode ser definido como “um processo de transmissão de informação através dos *media* (...), ancorado em valores como a actualidade, a novidade, a periodicidade, a difusão/recepção colectivas e o interesse (público e do público)” (Lopes, 2010, p.1). Para que este processo tenha lugar, é requisito fundamental a existência de matéria-prima (leia-se, a informação sobre acontecimentos, assuntos), com a qual o jornalista possa trabalhar, de maneira a obter o produto final: a notícia.

Porém, pela impossibilidade de presenciar todos os acontecimentos que noticia, o jornalista é obrigado a recorrer às fontes de informação (Fontcuberta, 1999). Estas podem ser organizadas e classificadas em ordem a vários critérios, como por exemplo a proveniência, estatuto, natureza e proximidade relativamente ao acontecimento/assunto. Por uma questão de pertinência para o tema em questão, abordaremos apenas as duas últimas tipologias.

Quanto à sua natureza, as fontes podem ser “humanas, documentais, electrónicas” (Sousa, 2001, p. 62), entre outras, sendo, no entanto as primeiras que merecem o nosso destaque. Deste modo, a informação pode chegar através das pessoas que têm contacto directo ou indirecto com o assunto/acometimento que motiva a elaboração da notícia – e que por esse motivo se encontram em posição mais conhecedora para discorrer acerca do mesmo.

Por outro lado, se atentarmos quanto à proximidade da fonte relativamente aos acontecimentos, temos que a informação pode emanar directamente da fonte – as denominadas fontes primárias (por exemplo, quando há testemunhas de um acidente) –, ou então indirectamente, quando a fonte tem um conhecimento indirecto sobre os factos – as fontes secundárias (alguém que relata ou comenta sobre um assunto/facto/acometimento com que não contactou directamente). Para Sousa (2001), o uso das fontes primárias é merecedor de crédito, não obstante ser aconselhável contrastá-las. O mesmo autor defende ainda que, para um jornalismo de qualidade, a selecção das fontes deverá obedecer a critérios como a representatividade, a autoridade e a credibilidade. Ilustrando, se procurarmos a representatividade, fontes como o Presidente da República ou um dirigente sindical são actores adequados para falar pelos portugueses ou pelos associados do sindicato, respectivamente. Se, por outro lado, considerarmos os especialistas, constatamos que por possuírem formação específica numa área, são detentores de autoridade e credibilidade para falar nela. A este propósito, Babad (2005) considera que as fontes institucionais – como por exemplo a Polícia – se constituem como autoridades epistémicas, leia-se, possuidoras de conhecimento e com intenção de o partilhar. Neste sentido, defendemos que a PSP, em primeiro lugar, seguida dos especialistas em Segurança Interna deveriam ser as principais fontes informativas a discorrer sobre a actuação policial, precisamente porque são conhecedores das especificidades legais e técnico-tácticas que a justificam.

Embora presentemente o jornalista esteja vinculado por normativos legais e deontológicos a praticar um jornalismo honesto e rigoroso, esta profissão tem sido, ao longo dos tempos, alvo de uma óptica exógena hostil (Sousa, 2001). Veja-se Lippmann (1920, p.8), que refere que “o trabalho dos repórteres tem sido confundido com o de pregadores, revivalistas, profetas e agitadores”. A desconfiança relativa à actividade jornalística firma-se na “fragilidade dos processos de investigação jornalística, (...) ausência de escrúpulos e à procura do êxito profissional sem olhar a meios, (...) pressão das audiências e das vendas” (Mesquita, 2003, p.75). A sua credibilidade tem sido cada vez mais posta em causa e abandona-se o paradigma do jornalista como baluarte do ideário democrático. Segundo

Ramonet (2010, p. 15), o jornalista era “condecorado com os qualificativos mais lisonjeiros – independente, íntegro, honesto e rigoroso – (...) emergia da decomposição geral e aparecia como um autêntico paladino da verdade e fiel aliado do cidadão desamparado”. Embora a visão sobre o jornalista esteja em mutação, ele ainda “serve a opinião pública, constitui uma arma, imprescindível em democracia, contra a tirania insensível ou quaisquer abusos de poder, mas também (...) se sente comprometido com a verdade” (Traquina, 2000, p.25).

Conquanto tenha merecido tecidas críticas, existe também quem considere a actividade importante na defesa dos valores democráticos, de tal maneira que a elevam ao nível de “quarto poder”, ladeando o legislativo, o executivo e o judicial. Existe, portanto, uma expectativa associada ao jornalismo, como garante do ideário democrático contra os abusos dos poderes já supracitados (Ramonet, 2010). Esta posição justifica-se, para alguns autores, pelo controlo que detêm sobre aquilo que é produzido em termos de comunicação pública, ou seja, na selecção e produção de conteúdos e temas que posteriormente transmitirão ao público (Esteves, 2003). Mas será o poder exclusivamente dos jornalistas? Uscinski (2009) defende que a influência dos jornalistas tem sido sobrestimada e que, por oposição, a capacidade do público, bem como das acções do Governo para estabelecer a agenda noticiosa tem sido menosprezada. O autor afirma ainda que, embora o conteúdo noticioso seja frequentemente dominado pelas notícias seleccionadas com base em critérios de noticiabilidade, haverá alturas em que a atenção do público sobre um determinado tema irá ditar a sua cobertura noticiosa, porque o jornalista é sensível a esses enfoques. Temos assim a agenda determinada pela audiência – ou *audience-driven*. Nas palavras de Bond (cit. in Sousa, 2001), “ao repórter inteligente não escapam nunca as tendências do mercado”.

2 - Polícia

2.1 - Conceptualização, missão e atribuições

Ao longo dos últimos cinquenta anos, a Polícia tem vindo a ser objecto de estudo, comportando mudanças e evoluções paradigmáticas. Com efeito, embora o seu estudo seja recente (quando comparado com outras disciplinas), a definição de Polícia e das suas funções tem sido, frequentemente, “tomada como garantida” (Cain, in Reiner, 2010, p.3). Nesta acepção, a Polícia é vista conceptualmente como “um conjunto de pessoas que patrulham locais públicos de uniforme (...), com a responsabilidade de controlo criminal, manutenção da ordem e algumas funções de serviços sociais” (Reiner, 2010, p. 3). Verifica-se uma noção

geral da Polícia como forma de controlo social formal, e de que a ordem não seria possível sem as instituições responsáveis por essa função.

Neste ponto, importa distinguir dois conceitos: Polícia e policiamento. Como afirma Reiner (2010, p. 4), “a «Polícia» refere-se a um tipo muito particular de instituição social, enquanto o «policiamento» implica um conjunto de processos com funções sociais específicas”, donde se infere que, embora as corporações policiais estejam presentes em muitos países, sob as mais variadas morfologias, esta “mão” controladora do estado social não tem de existir forçosamente sob a forma de Polícia, podendo materializar-se, por exemplo, sob a forma de videovigilância, da arquitectura das ruas e edifícios, do professor que controla a ordem na turma, etc.

Porém, o que se entende por controlo social? A definição deste conceito não é consensual, e a dificuldade da sua delimitação teórica reside em perceber a finalidade dos seus processos, isto é, se eles pretendem agir de forma preventiva ou reactiva no que diz respeito a comportamentos desviantes que possam colocar em causa a ordem social. Assim, como Cohen (in Reiner, 2010, p. 4) defende, o controlo social não deve ser entendido como um conceito amplo, mas sim restringido “às formas organizadas de acordo com as quais a sociedade responde aos comportamentos e pessoas que perspectiva como desviantes, problemáticas, preocupantes, ameaçadoras, problemáticas ou indesejáveis”. Posto isto, o controlo social pode ser perspectivado de forma positiva ou negativa, uma vez que, de acordo com a primeira, é condição *sine qua non* para a ordem social; por outro lado, contém a perversidade de, através da estigmatização e criação de preconceitos, criar ele próprio a desviância (Reiner, 2010). Por conseguinte, o controlo social e os seus agentes podem ser vistos como opressores, dado que são responsáveis por limitar e regular o comportamento em sociedade.

Com um passado histórico marcado por uma ditadura – salazarista e marcelista –, a Polícia portuguesa tem vindo a alterar o seu paradigma – de repressivo para preventivo (Durão, 2008). Se outrora era perspectivada como instrumento do poder do Estado, legitimada para o uso indiscriminado da violência física, hoje em dia tal não se verifica, pois este exercício encontra-se regulado por lei. Presentemente, do ponto de vista jurídico, a actuação policial é norteada pela Constituição da República Portuguesa (CRP), onde encontra plasmada, no seu art. 272º, nº 1, a sua missão: “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”. Bem diferente de outrora, a Polícia constitui-se presentemente como “a face e o guardião do Estado de direito material social e democrático” (Bobbio, in Valente, 2011, p.56). Neste sentido, Gomes e Moreira (1993)

distinguem a defesa da legalidade e a garantia da segurança interna, argumentando que a primeira não se pode enformar com questões mais práticas da actividade policial, como seja a conservação da ordem e tranquilidade públicas, prevenção rodoviária e criminal, e ainda zelo pela saúde pública. Ao invés, tem como escopo o cumprimento da lei para a coexistência em sociedade. No que concerne à garantia da segurança interna, este conceito encontra-se cristalizado na Lei nº 53/2008 – Lei de Segurança Interna (LSI) –, art. 1º, nº1. Nesta, a segurança interna é definida como sendo:

A actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

Na prossecução destes fins, a Polícia encontra-se limitada na sua actuação, nomeadamente através do nº 2 do já referido art. 272º da CRP: “as medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário”. Concomitantemente, também o art. 266º da CRP, atinente aos princípios que regem a Administração Pública (na qual a PSP se insere), postula: “os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem actuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé”. Assim, embora a acção policial seja limitadora para com o cidadão, também ela é juridicamente e normativamente limitada nesse âmbito: desde já pela CRP, lei *mater* das demais, a LSI (art. 2º), a Lei Orgânica da PSP (Lei nº 53/2007), e outros normativos, aplicáveis ao efectivo policial, como o Código Deontológico do Serviço Policial, Regime Jurídico do Recurso a Arma de Fogo em Acção Policial (Decreto-Lei nº 457/99) e Normas de Execução Permanente (NEP). De acordo com o já mencionado, a PSP, como membro da Administração Pública, rege-se por princípios enformadores da sua actuação, especialmente e com particular importância, nos casos em que faz uso da força e meios coercivos. Segundo Weber (in Durão, 2008, p.15), a Polícia é “a agência social do Estado encarregue de usar a força coerciva”. Os princípios da adequação, necessidade e proporcionalidade, destinam-se, mormente, a garantir a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstos, bem como a

auxiliar no cumprimento da missão policial supracitada: é apenas no âmbito destes fins que a actividade policial pode ter lugar. No entanto, se num plano teórico esta conjugação de princípios, jurisdição e normas aparenta alguma facilidade, Durão (2008, p. 18) revela a complexidade prática: “toda a actividade [policial] é produzida num jogo de forças, pressões internas e externas à organização, muitas vezes contraditórias entre si, com diferentes níveis e exigências”.

Compreende-se assim que, para quem assume o ónus de zelar pela ordem social, e em particular para a PSP, a legitimidade percebida por parte de quem sofre o controlo social é de suma importância para a sua subsistência e continuidade. Mais ainda, com a presente crise económica, o policiamento começa a ser questionado também do ponto de vista dos seus custos como serviço público prestado ao cidadão. Neste sentido, “sem a existência de uma base científica para legitimar o valor da Polícia, é provável que o policiamento público enfrente ameaças crescentes de outras alternativas menos onerosas, como a segurança privada, ou que outros serviços de polícia sejam abandonados” (Bailey & Nixon, in Weisburd & Neyroud, 2011, p. 10).

2.2 - Actuação policial em grandes eventos de cariz político

A actuação policial, embora pautada do ponto de vista formal pelos princípios da adequação, necessidade e legalidade, encontra-se sob constante escrutínio, quer por parte do cidadão, dos *media* ou das entidades encarregues de fiscalizar a sua conduta. Para Durão (2008, p.17), “os polícias têm uma situação desconfortável, encontram-se num eixo de intercepção entre dinâmicas políticas, organizacionais, comunitárias e sociais”. A Polícia está, não poucas vezes, numa posição situada entre aqueles que manifestam o seu descontentamento com alguma política e aqueles que a produzem. Tem, simultaneamente, a responsabilidade de proteger os direitos, liberdades e garantias de quem contesta, de quem é contestado, e de quem não tem qualquer participação no protesto.

Nos últimos anos, têm tido lugar em Portugal grandes eventos de cariz político, que ameaçam, pontualmente, a ordem e tranquilidade públicas, obrigando a PSP a intervir, por força da missão de que está incumbida. É certo que o cidadão português tem o direito, constitucionalmente consagrado, à reunião e manifestação (art. 45º da CRP). No entanto, como consagra o referido artigo, o cidadão tem de o fazer “pacificamente e sem armas”, para que o exercício deste direito não colida com outros direitos e afecte bens jurídicos mais valiosos que o de reunião e manifestação, como por exemplo, o “direito à segurança” (art. 27º da CRP).

A Polícia, como garante da tranquilidade e ordem públicas, tem contacto em primeira linha com estas multidões, que protestam e demonstram o seu descontentamento relativamente aos mais diversos assuntos. Para além de ter que garantir a segurança dos participantes no protesto, tem de zelar também pela dos restantes cidadãos. Ao lidar com as multidões, é fundamental que a Polícia conheça as suas motivações, dinâmicas e potencialidades, especialmente para evitar o despoletar ou agravar de conflitos e o recurso à força e meios de coacção. No ano transacto, assistiu-se, pela primeira vez desde há décadas, à maior manifestação de sempre, de elementos das forças e serviços de segurança. Na memória colectiva ressoavam ainda ecos da violenta manifestação dos “secos e molhados” de 1989, que culminou com a actuação violenta de polícias (em serviço) contra polícias (manifestantes). Apesar de o protesto de 21 de Novembro de 2013 ter sido marcado pela subida das escadarias da Assembleia da República (AR) por parte dos manifestantes, não houve lugar a qualquer carga policial. Pelo contrário, na manifestação ocorrida a 14 de Novembro de 2012 frente à AR, ocorreu uma vaga de dispersão por parte da PSP. A diferença de actuação da Polícia residiu no carácter violento dos manifestantes desta última manifestação, o que apenas traduz uma adequação no nível de força empregue. Como Goldstone (cit. in Mendes & Seixas, 2005) refere, “contrariamente a uma ideia generalizada nos estudos sobre os movimentos sociais, (...) quanto mais democrática é uma sociedade, maior será a probabilidade de existirem movimentos sociais e acções de protesto, muitos até de cariz violento”. Se, por um lado, é fundamental, para que os grandes eventos decorram sem incidentes, que a Polícia seja conhecedora das dinâmicas grupais (e.g. teorias da psicologia de multidões), por outro, é necessária a existência de uma organização legal do evento que seja percebida e categorizada como legítima e não ameaçadora por parte das autoridades, que lhe reconhecem um plano, uma estrutura, líderes, entre outras convenções, em que se revêem (Hylander & Guvå, 2010).

Em suma, a conjugação destes factores pode ser fundamental para que um grande evento decorra dentro da normalidade, sem recurso à actuação policial, não obstante estes estarem presentes, por prevenção.

2.3 - A PSP e os *media*

De acordo com Hurd (cit. in Leishman & Mason, 2009, p.146), “os grupos e instituições sempre se preocuparam com a sua imagem produzida pelos *media*, e a Polícia não é excepção a esta preocupação”. Por conseguinte, percebeu-se que a cobertura mediática

negativa pode debilitar a confiança pública na Polícia, e como reflexo, paulatinamente verificou-se um “investimento extensivo e estratégias de comunicações de risco, desenhados para favorecer a perspectiva policial na cobertura noticiosa” (Mawby, 2002; Chermak & Weiss, 2005; McLaughlin, 2007, in Greer & McLaughlin, 2011, p. 25). Esta realidade pode ser sintetizada no conceito “*image-led policing*”, que pressupõe “estratégias proactivas e reactivas, desenhadas para manter a posição da polícia no topo da «hierarquia de credibilidade»” (McLaughlin, in Greer & McLaughlin, 2010, p. 4).

A Polícia, como principal fonte institucional sobre matérias criminais, era vista de forma estrutural e cultural como estando numa posição de vantagem na definição de uma agenda de debate futuro (Greer & McLaughlin, 2011). Neste raciocínio imbrica o conceito de definidor primário, que Halloran et al. (cit. in Greer & McLaughlin, 2011, p. 25) afirmam como “derivado em parte do uso de estruturas inferenciais que subsequentemente ditavam a agenda de debate futuro”.

A PSP também é responsável por prestar um serviço de segurança pública, cujo beneficiário é o cidadão, a quem auxilia diariamente. Contudo, nem todos os cidadãos contactam directamente com a polícia, sendo a sua percepção acerca da mesma apenas fundada na imagem transmitida pelos *media*, e/ou nos relatos de familiares e amigos, de acordo com as suas experiências (Miller, Davis, Henderson, Markovic, & Ortiz, 2004). Para Miller et al. (2004), existe concordância no sentido em que o apoio do público (entenda-se, do cidadão) é fundamental para a legitimidade e actuação eficaz da Polícia no combate ao crime. Embora uma boa actuação policial e um serviço de atendimento ao público de qualidade pareçam à primeira vista factores exclusivos de uma boa imagem da instituição, Miller et al. (2004) apresentam resultados reveladores: nos casos de contacto negativo com a Polícia, os níveis de confiança das pessoas na instituição eram baixos; paradoxalmente, a perspectiva dos que tiveram contactos positivos com a Polícia era semelhante à dos que não tiveram qualquer contacto; mais ainda, no caso daqueles que afirmaram ter tido um contacto neutral com a Polícia, a opinião acerca desta tendia a ser pior do que a de quem não teve com ela qualquer contacto. Posto isto, nos casos em que não há contacto directo com a PSP, os meios de comunicação revelam-se uma ferramenta poderosa de difusão de imagem institucional, donde, a PSP tem vindo a desenvolver e a melhorar ao longo dos últimos anos a sua relação com estes, nomeadamente através da criação do Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (GIRP). Na sua generalidade, os gabinetes de imprensa e relações públicas asseguram que a mensagem que as suas instituições pretendem veicular é transmitida “com precisão e/ou positivamente, direccionada a um público estratégico”

(Greer & McLaughlin, 2010, p. 1044). Estas estratégias pretendem colocar a instituição num ponto dominante no que diz respeito ao fornecimento de informação credível e precisa sobre a mesma, protegendo, por último, a sua imagem. Concretamente no caso da PSP, o GIRP tem por funções garantir a comunicação e manter as relações públicas com os OCS, contribuindo para a manutenção de uma boa imagem institucional, legitimadora da acção policial. Mas como poderá o GIRP conseguir/manter uma boa imagem, se a sua intervenção junto dos OCS for maioritariamente *a posteriori* aos acontecimentos? Nesta fase, poderão já ter ocorrido múltiplos efeitos comunicativos referidos anteriormente. Não será pertinente considerar que uma actuação activa do GIRP a montante dos acontecimentos, numa lógica de *image-led policing* poderá ser mais eficaz na obtenção/manutenção de uma boa imagem e da instituição PSP no topo da hierarquia de credibilidade?

Tudo isto faz sentido, especialmente quando, como refere Milne (in Greer & McLaughlin, 2010, p.1044), “os jornais orientados para o mercado são particularmente mais propensos a iniciar e/ou apoiar campanhas anti-governo/*establishment* e protestos”. Os grandes eventos analisados nesta dissertação, surgidos em contexto de uma grave crise económica, despertam naturalmente grande animosidade entre os seus participantes, requerendo a actuação da polícia.

Cabe à PSP, como garante dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assegurar que tanto os manifestantes como todos os outros presentes no evento, não perturbam a ordem pública nem são lesados nos seus direitos, liberdades e garantias. No entanto, pontualmente é necessário recorrer ao uso da força e “os polícias do quotidiano não se escapam de ser alvo de memórias sociais que os representam como uma ordem a contestar” (Durão, 2008, p.29). Ainda que a sua actuação respeite os princípios da adequação, proporcionalidade e necessidade e legalidade, o que é noticiado pelos *media* e a forma como é feito pode representar uma outra imagem que não a correspondente à realidade (Lawrence, 2000). Para Lawrence (2000, p.4), “o que se torna percebido como um problema – uma condição social que as pessoas acreditam ser inaceitável e que deve ser solucionado ou reforçado com uma política pública – pode depender das perspectivas focadas nas notícias”.

3 - Problema de investigação

Outrora, as instituições detinham grande parte dos recursos comunicacionais, controlando significativamente o modo como a informação era dada a conhecer ao público (Greer & McLaughlin, 2011). A Polícia constituía-se como uma instituição que, apesar de

poder ser contestada, sofreria poucas ou nenhuma alteração em função disso, dada a assimetria de poder no processo comunicacional. Embora seja um cenário susceptível a alterações, “os chefes de Polícia, como «conhecedores autorizados», têm uma posição especialmente privilegiada dentro da «hierarquia de credibilidade»” (Greer & McLaughlin, 2011, p. 25). Estas variações derivam de um julgamento por parte dos media e abalam a confiança pública na instituição e na sua actuação, dado que, pela sua natureza, os protestos públicos são geradores de conteúdo noticiável, quer sejam motivados pelos manifestantes, pelas forças policiais ou pelos media (Greer & McLaughlin, 2010).

Surge também, com o advento da evolução tecnológica, o “*citizen journalism*”, que Allan e Thorsen (in Greer & McLaughlin, 2010, p. 1045) definem como “as acções espontâneas de pessoas comuns, envoltas em eventos extraordinários e que se sentem compelidas a adoptar o papel de repórter noticioso”. Este fenómeno encerra em si grande importância e possui o poder para influenciar, de forma substantiva, o que é relevante de ser noticiado ou não por parte das organizações colectoras de notícias (Greer & McLaughlin, 2010). Possui ainda o poder de esbater a influência dos *media*, fornecendo diversas fontes de informação, que o leitor poderá escolher consoante o seu interesse.

Progressivamente, os *media* conquistam algum espaço enquanto autoridades epistémicas, aproximando-se assim do nível de credibilidade das instituições públicas (Babad, 2005). Percebe-se que os *media*, e em concreto a imprensa escrita, tomam uma relevância crescente no que diz respeito à formação de opinião e, mais importante, da realidade percebida pelo leitor

Existe umnexo de causalidade entre a exposição dos *media* e a determinação de importância de um assunto: “quando a exposição às notícias faz com que as pessoas sintam tristeza ou receio acerca de um determinado assunto, então ele provavelmente será visto como de importância nacional” (Miller, 2007, p. 712). Dependendo da área, as manchetes têm uma influência poderosa na avaliação, por parte das pessoas, daquilo que são os temas mais importantes (Uscinski, 2009).

Em conexão com esta conclusão está o facto de que, quanto mais o assunto provocar uma reacção afectiva de tristeza ou receio, mais esse assunto será ponderado quando se fazem avaliações de líderes políticos (Miller, 2007). “Assuntos que não são normalmente compreendidos como tendo valor noticioso parecem afectar a cobertura dos *media* quando a preocupação pública o exige” (Uscinski, 2009, p. 811) – tal como a imagem sobre a Polícia e o seu trabalho.

De acordo com MacKuen (cit. in Miller, 2007, p. 689), “as investigações ao longo dos anos têm demonstrado que os media modelam a opinião pública (...), muitas vezes de formas mais subtis do que através de persuasão directa”. Como já explicámos anteriormente, os *media* possuem o poder de veicular uma construção da realidade social, seja ela verdadeira ou não. É a partir dessa construção, veiculada pelos *media*, que muitos dos leitores dos jornais formam a sua percepção acerca do mundo que os rodeia, uma vez que de outra forma não teriam acesso aos acontecimentos noticiados. Aplicando este raciocínio ao tema deste trabalho, se apenas uma pequena parte dos leitores dos jornais tiver contacto efectivo com os grandes eventos de cariz político em questão, irá a forma como os eventos são noticiados influir na imagem que têm dessa realidade (uma vez que não têm termo de comparação)? Outros autores, como Iyengar e Simon (in Miller, 2007, p. 690), defendem que estes efeitos têm sido observados aos níveis local e nacional: “em todas estas áreas, a pesquisa demonstrou que os indivíduos se referem habitualmente a assuntos ou eventos presentes nas notícias quando lhes é pedido para diagnosticar os problemas sociais e políticos actuais”.

A teoria do agendamento, ou *agenda-setting*, relegou para segundo plano a ideia de que os *media* exerciam uma influência categórica, ditadora dos pensamentos e opiniões das audiências e reformulou a ideia: ao noticiarem determinado leque de acontecimentos em detrimento de outros, os *media* ditam os assuntos sobre os quais as pessoas podem pensar e conversar, criando assim uma agenda de temas para as audiências (Wolf, 2000).

Assim, podemos verificar efeitos de um *agenda-setting*, sendo no entanto difícil identificar os seus mecanismos. O facto de os media se debruçarem sobre um determinado leque de assuntos, coloca-os na ordem do dia, ou seja, os cidadãos passam a olhá-los como importantes (Miller, 2007).

Como filtro restritor das notícias e dos seus vieses, aponta-se frequentemente o facto de o indivíduo ser parte de um grupo e sofrer a sua influência, modelando o modo como reage às mensagens. No entanto, ainda que as pessoas tenham os seus grupos de referência e as suas características intrínsecas de resistência à persuasão, a um nível mais amplo e prolongado no tempo, a forma e frequência com que os *media* noticiam determinados acontecimentos posiciona-os como emissores de referenciais para o público.

Tendo em mente que “as notícias (...), ao representar mais frequentemente casos de violência policial, passam para o público uma realidade de agressividade que não é completamente verdadeira” (Gillens, in Anastasio et al., 1999, p. 153), pretendemos apurar o tipo de discurso dos *media* sobre a actuação policial, em grandes eventos de cariz político. É nesta senda que se insere o nosso problema de investigação, pretendendo situar um

discurso específico que é, para muitos, a única maneira de contactarem com temas e acontecimentos extrínsecos. Em última análise, este trabalho tem o ensejo de trazer à colação as implicações que desse discurso possam advir, quer em termos de imagem institucional quer de legitimação percebida da acção policial, por parte do cidadão.

Uma vez que os *media* noticiam acerca dos grandes eventos de cariz político, propomo-nos a caracterizar o seu discurso e destacar os esquemas interpretativos que emitem acerca da actuação da PSP neste contexto, fornecendo grelhas de compreensão acerca desta realidade.

Relativamente aos grandes eventos, neste trabalho foi adoptada a definição do projecto EU-SEC (*Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*, 2007), desenvolvido pela organização internacional UNICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*). A definição contempla critérios de selecção, que enunciamos: elevado número de participantes; grande significado histórico ou político ou popularidade; probabilidade de haver apoiantes/manifestantes; dispersão/concentração de outros eventos que possam ocorrer durante a realização do grande evento; grande cobertura por parte dos *media*; e, grande presença de VIP (políticos, atletas, artistas, etc.). Importa ainda salientar que estes critérios não são cumulativos na escolha dos grandes eventos em questão.

Uma vez definido o conceito de grande evento, foi efectuada a pesquisa dos mesmos, no âmbito do seu cariz político, e, atendendo a todos os critérios, escolhemos seis resultados: 26 de Janeiro – manifestação de professores; 16 de Fevereiro – “Jornada Nacional de Acção e Luta”; 2 de Março – “Que se lixe a Troika! O Povo é quem mais ordena!”; 15 de Junho – manifestação de professores; 21 de Novembro – manifestação das forças de segurança; 26 de Novembro – manifestação CGTP.

Capítulo II – Método

1 - A Abordagem qualitativa

Etimologicamente, a palavra «método» tem origem greco-latina, e significa «caminho» (Neto, Silva, Vieira, & Dedini, 2010). Posto isto, torna-se mais fácil a compreensão do seu significado actual, que pretende fornecer um conjunto de procedimentos verificáveis e repetíveis em qualquer investigação, de modo a que os resultados obtidos sejam sempre os mesmos, independentemente do investigador.

Em termos gerais, o método científico utilizado hodiernamente firma-se em dois tipos de abordagem: quantitativa e qualitativa. A primeira abordagem visa essencialmente estabelecer relações de causa-efeito, traduzindo numericamente os fenómenos (através da sua quantificação e medição) e reduzindo ao mínimo possível a influência do investigador para a sua explicação; diferentemente, a segunda abordagem tem como desiderato fornecer uma explicação holística, recorrendo à reflexão do investigador e às suas inferências, ainda que possa ter uma base quantitativa (Flick, 2005).

A determinação do método a utilizar é feita em ordem a um critério específico: a adequação ao objecto de estudo. Nas palavras de Bortz (cit. in Flick, 2005), “o critério que determina o objecto da investigação é a possibilidade de os métodos disponíveis (mais do que isso, aceites) poderem ser utilizados no estudo” (p. 4).

No intuito de caracterizar e compreender o discurso da imprensa escrita acerca da actuação policial em grandes eventos de cariz político, imperou recorrer a uma abordagem qualitativa. Isto significa que, “os investigadores qualitativos estudam as coisas no seu contexto natural, procurando o significado ou interpretação de um fenómeno em termos dos significados ou interpretações que as pessoas lhes atribuem” (Denzin & Lincoln 1994, p. 2). Dada a complexidade do objecto de estudo em causa, e porque se procura obter informação que permita, sobretudo, descrever a realidade observada, este não nos permite estabelecer uma relação linear de causa-efeito (o que nos remeteria para uma abordagem quantitativa).

Relativamente à abordagem em causa, Denzin e Lincoln (1994) sintetizam-na da seguinte forma:

[É um] multi-método em foco, que envolve uma abordagem interpretativa e naturalística da matéria subjectiva. Isto significa que os investigadores

qualitativos estudam coisas no seu contexto natural, procurando o sentido ou a interpretação de um fenómeno em termos dos significados que as pessoas trazem até eles. (p.2)

Flick (2005) defende que “a investigação qualitativa está vocacionada para a análise de dados concretos, nas suas particularidades de tempo e espaço, partindo das manifestações e actividades das pessoas nos seus contextos próprios” (p.13). De uma forma geral, a abordagem qualitativa permite operacionalizar diversas teorias e perspectivas, tendo em conta as particularidades dos contextos estudados. Por último, esta abordagem assume como principal vantagem a possibilidade de operar sobre *corpus* diminutos (Bardin, 2008).

2 - Corpus

Como já referimos, este trabalho irá focar-se na análise das notícias atinentes à actuação policial, emitidas pelos jornais diários: Diário de Notícias, Correio da Manhã e Jornal de Notícias. Estas constituirão o *corpus* documental, sendo que podemos defini-lo como o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2008, p.96).

Definido o conceito de *corpus*, importa explicar a que ordem se submete aquando da sua constituição, onde destacamos quatro regras: regra da exaustividade, que dita que não se exclua nenhum elemento que se insira nos critérios de selecção; regra da representatividade, segundo a qual a amostra deve ser representativa do universo de estudo em causa; a regra da homogeneidade, que pressupõe que todos os elementos de análise sejam do mesmo tipo; por fim, a regra da pertinência, que postula que o conjunto de documentos (no nosso caso, as notícias) correspondam ao indicado para estudar adequadamente o objecto inicialmente proposto.

O *corpus* deste trabalho é composto por 26 notícias, emitidas pelo Diário de Notícias, Correio da Manhã e Jornal de Notícias no ano civil de 2013, atinentes à actuação policial nos seguintes eventos: 26 de Janeiro – Manifestação dos Professores; 16 de Fevereiro – manifestação CGTP – “Jornada Nacional de Acção e Luta”; 2 de Março – “Que se lixe a Troika – O Povo é quem mais ordena”; 15 de Junho – Manifestação dos Professores; 21 de Novembro – Manifestação das Forças de Segurança; 26 de Novembro – Greve Geral – “Dia da Indignação”.

3 - Instrumento: Análise de conteúdo

A presente abordagem não é firmada em aspectos numéricos, facilmente identificáveis e sistematizados. Ao invés, o nosso *corpus* debruça-se sobre a análise textual, donde, é necessário criar categorias que filtrem e sistematizem os dados recolhidos em ordem a categorias que, posteriormente, permitem ao investigador realizar inferências e produzir conhecimento. Para Weber (1990, p.5), “a análise de conteúdo classifica o material textual, reduzindo-o a fragmentos de dados mais relevantes e fáceis de gerir”. Estes são categorizados e traduzidos, de forma objectiva e sistemática, em indicadores (podendo assumir uma morfologia numérica) que se referem ao conteúdo da mensagem (Bardin, 2008). A partir dos indicadores, é possível interpretar os dados contextualizados, fazendo uso de inferências como meio para compreender os significados das mensagens transmitidas (Vala, 1999). Os indicadores podem ser expressos em unidades de registo (u.r.), unidade por nós adoptada. Estas segmentam os significados que uma determinada frase ou parágrafo podem assumir, sendo atribuídas às categorias criadas para as enquadrar e, em última análise, alcançar conclusões.

Nesta senda, para realizar a “ponte” entre o material em bruto e as conclusões a que se chega é necessário codificar os dados do *corpus*, o que, segundo Bardin (2008), implica:

Uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto. (p. 108)

Codificar significa proceder à “classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (por analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 2008, p. 117). Este processo pode ser construído de várias formas, em ordem ao intervalo temporal em que é feito. Deste modo, existem três formas de construir categorias, nomeadamente: o procedimento fechado, quando as categorias são pré-existentes à análise do *corpus*, sendo teoricamente derivadas ou pré-determinadas pelo analista em função dos objectivos da pesquisa; o procedimento aberto ou exploratório, no qual as categorias são definidas *a posteriori*, sendo empiricamente derivadas (Ghiglione & Matalon, 1993); por fim, o procedimento misto, que funde ambos e

que foi o adoptado para este trabalho, por ter em conta a possibilidade de adaptação a novidades emergentes do *corpus* (Pais, 2004).

Relativamente ao processo de sistematização de conteúdo, este engloba três fases: a primeira, compreende a definição de um enquadramento teórico de referência, a partir do qual se delimita o *corpus* (Vala, 1999); posteriormente, a pré-análise, tem por objectivo “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (Bardin, 2008, p. 95); por fim, a criação de categorias, em que será introduzido o conteúdo analisado, a partir do qual o investigador fará inferências.

Se a menção a inferências subjectivas como processo da abordagem qualitativa pode suscitar incertezas quanto à validade do método e dos resultados, autores como Ghiglione e Matalon (1993) refutam-nas, argumentando que o conjunto de procedimentos levados a cabo pelo investigador na análise de conteúdo garantem a adequação dos objectivos sem haver lugar à deturpação dos factos, bem como a independência dos produtores dos materiais a analisar em relação aos resultados produzidos. Não obstante e de forma cumulativa, para que a validade dos resultados da análise de conteúdo seja plena, devem ser verificáveis dois elementos: fiabilidade e reprodutibilidade. A fiabilidade pode assumir duas tipologias, sendo a primeira a validade intracodificador e a segunda a validade intercodificador. Isto significa, por um lado, que um investigador tem de, em espaços temporais diferentes e com diferentes leituras, obter os mesmos resultados; por outro lado, diferentes investigadores, através da análise dos mesmos dados, têm de obter igualmente os mesmos resultados (Ghiglione & Matalon, 1993). Quanto à reprodutibilidade, esta imbrica nos procedimentos de codificação, isto é, incluir uma determinada u.r. numa categoria deve ser um processo unívoco para todos os investigadores. Para cumprir este propósito, as categorias devem ser suficientemente amplas, de modo a que nenhuma u.r. fique por incluir nas categorias existentes.

4 - Procedimento

De acordo com o já referido no início deste capítulo, o método científico pode ser definido como um conjunto de procedimentos destinados a assegurar a validade das investigações levadas a cabo. Deste modo, nesta secção forneceremos o «caminho» por nós percorrido, no sentido de inserir a nossa investigação dentro dos preceitos de um trabalho científico. Concretamente, descreveremos todo o processo através do qual pudemos desenvolver a pesquisa.

Diga-se, primeiro, que este trabalho se insere na linha de investigação do Laboratório de Grandes Eventos do ISCPSI. Como supracitado, o corpo de documentos constitui-se das notícias publicadas pelos jornais Diário de Notícias, Correio da Manhã e Jornal de Notícias, no ano transacto de 2013, mais concretamente, no período que medeia de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro.

Relativamente ao acesso às notícias, este foi providenciado através da conta do Ministério da Administração Interna (MAI) na base de dados da empresa CISION, que é responsável por recolher e catalogar as notícias de OCS em todo o mundo, monitorizando e avaliando os mesmos. O acesso às notícias foi-nos fornecido pelo GIRP, através de solicitação dirigida à já referida empresa CISION (vd. Anexo 1).

Para obter apenas as notícias relacionadas com o nosso objecto de estudo, foi necessário utilizar descritores, que enunciámos: manifestação, policiamento, greve geral, polícia, protesto, indignados, psp, troika e rasca. De seguida, com a finalidade de restringir as notícias ao intervalo temporal pretendido (ano civil de 2013), aplicámos o filtro «data», com o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro. Posteriormente, restringimos a pesquisa ao tipo de OCS pretendido, seleccionando no campo «tipo de meio», a imprensa. Relativamente ao «âmbito» da notícia, foi seleccionado o nacional, e no que diz respeito ao «tipo de meio», a escolha recaiu sobre os jornais já mencionados. Ressalvamos que o filtro «meio» – referente aos jornais diários em causa –, só foi aplicado em metade das pesquisas, uma vez que pretendemos, numa primeira fase, apurar a totalidade de notícias relativas ao ano de 2013 na imprensa de âmbito nacional, de acordo com cada descritor. No que diz respeito às restantes pesquisas, todos os filtros foram mantidos, alterando-se apenas os descritores no campo «esta frase (expressão)», tendo sido realizadas 18 pesquisas no total.

A primeira pesquisa, realizada com o descritor manifestação, revelou 2187 notícias, tendo estas sido reduzidas a 668 uma vez seleccionado o meio em questão (jornais Diário de Notícias, Correio da Manhã e Jornal de Notícias), das quais apenas 106 se relacionavam com os eventos em análise. O mesmo procedimento foi adoptado para os restantes descritores, pelo que obtivemos os seguintes resultados: policiamento, 422 notícias, das quais 158 nos jornais em análise, e três relativas aos eventos; greve geral, 672 notícias, das quais 210 nos jornais em análise, e 4 relativas aos eventos; polícia, 7026 notícias, das quais 3593 nos jornais em análise, e 19 relativas aos eventos; protesto, 3017 notícias, das quais 1132 nos jornais em análise, e 63 relativas aos eventos; indignados, 330 notícias, das quais 114 nos jornais em análise, e 4 relativas aos eventos; PSP, 9412 notícias, das quais 5706 nos jornais em análise, e 32 relativas aos eventos; troika, 11237 notícias, das quais 2363 nos jornais em

análise, e 27 relativas aos eventos; rasca, 66 notícias, das quais 13 nos jornais em análise, e 2 relativas aos eventos supracitados.

Na totalidade, foram obtidas 34369 notícias, relativas à imprensa de âmbito nacional, das quais 13957 fazem parte dos jornais mencionados. Destas, apenas 270 se referem aos eventos em questão. Seguidamente, retirámos às 59 notícias referentes à actuação policial 33 notícias, que surgiram em mais do que uma pesquisa por descritor, restando assim 26 notícias, que constituem o nosso *corpus* de análise (vd. Anexo 2). Das 26 notícias, 8 dizem respeito ao evento de 2 de Março (3 do DN; 3 do JN e 2 do CM), 17 ao evento de 21 de Novembro (2 do DN; 11 do JN e 4 do CM), e uma ao evento de 26 de Novembro (do DN), respectivamente.

Terminada a selecção das notícias, procedemos à análise de conteúdo. Para tal, fizemos uso da grelha utilizada por Machado (2012) e Santos (2013) (vd. Anexo 3). Com uma génese aplicada aos “estudos de imprensa sobre drogas e o crime, pedofilia e também sobre reintegração social de reclusos (Santos, 2013, p. 44), a grelha foi adaptada pelos autores já referidos à área de estudos presentemente em causa. Por último, e no sentido de salvaguardar a necessidade de adaptar a grelha ao nosso *corpus*, foi utilizado o procedimento misto (Pais, 2004), tendo-se verificado durante a análise dos dados a necessidade de criar uma nova subcategoria, denominada “História” (F.9, referente à categoria “Enquadramento/Descrição”; vd. Anexo 3). Nesta incluem-se todas as unidades de registo (u.r.) que façam referência a eventos análogos ocorridos no passado. A criação desta categoria surgiu devido a u.r. que fazem menção a manifestações anteriores, utilizando-as como termo de comparação com as que foram analisadas. Foram verificados os pressupostos relativos à fiabilidade intra e intercodificador, bem como à validade.

Terminada a análise, que resultou expressa e contabilizada em 2946 u.r. (vd. Anexo 4), procedeu-se à sua interpretação, procurando fazer inferências em ligação com o enquadramento teórico, de maneira a responder às questões de investigação colocadas.

Capítulo III – Apresentação e discussão dos resultados

1 - Visão geral

É chegado o momento de apresentar os resultados obtidos. O resultado final revela, no total, 2946 u.r. (vd. Anexo 4), distribuídas pelas categorias do seguinte modo: categoria Manifestantes (A=10,4%); categoria PSP (B=8,0%); categoria Discurso Directo (C=16,8%); categoria Instâncias (D=11,2%); categoria Discurso Indirecto (E=5,7%); categoria Enquadramento/ Descrição (F=29,6%); e, por último, categoria Sistema Explicativo Espontâneo (G=19,0%).

Nos gráficos seguintes, ilustramos de forma crescente (e com uma casa decimal) a distribuição de u.r. das categorias e subcategorias respectivas:

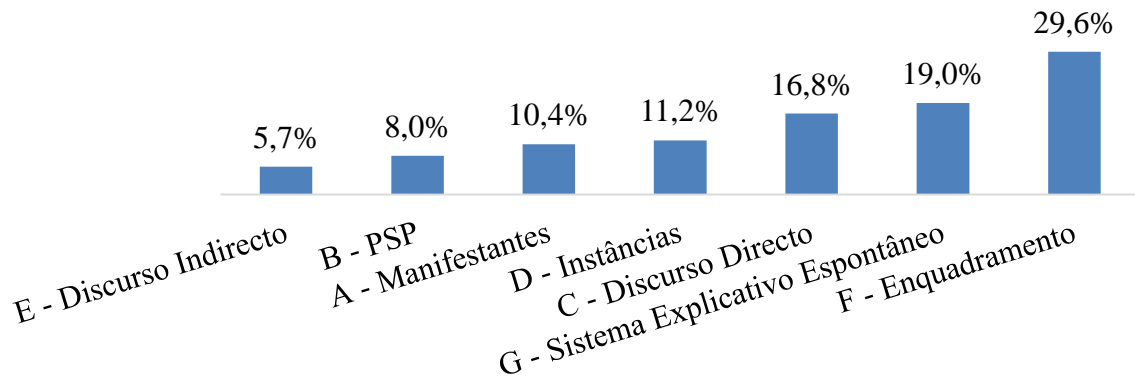


Figura 1. Ocorrência percentual de cada categoria

Da análise da Figura 1 encontramos a categoria relativa ao Enquadramento/ Descrição como a mais prevalente – o que consideramos plausível, tendo em conta que os jornalistas devem fazer reflectir de forma objectiva e detalhada os acontecimentos que noticiam, de modo a não omitir qualquer elemento relevante. Nesta senda, encontramos o *corpus* do trabalho equilibrado em termos de informações relativas aos eventos e aos actores que, de alguma maneira, neles são intervenientes. Assim, a soma das categorias atinentes aos actores intervenientes nos grandes eventos – manifestantes (10,3%), PSP (8,0%) e instâncias (11,2%) – perfazem um total de 29,5%, encontrando-se ao mesmo nível do relevo que é dado ao enquadramento (29%), o que revela uma distribuição equilibrada da informação.

Por outro lado, é notória, desde já, a expressão que a categoria Sistema Explicativo Espontâneo assume, em segundo lugar e com uma prevalência de 19,0% do total de ocorrências, contrariamente ao que tem sido a tendência dos últimos anos nos trabalhos de Machado (2012) e de Santos (2013), em que representava 10% e 7,4%, respectivamente.

Esta alteração pode ser explicada pelo elevado número encontrado de assuntos adjacentes à notícia propriamente dita (e.g., situação económica nacional ou europeia), mas que, não estando relacionadas com esta, criam um clima comunicacional dentro do qual se aborda a notícia do evento propriamente dito.

Chamamos ainda a atenção para o escasso destaque que as informações referentes à PSP, assumem, tanto no cômputo geral, como quando comparadas com o relevo atribuído às informações acerca de outros actores: por exemplo, os manifestantes e instâncias, o que evidencia um desequilíbrio informativo relativamente aos restantes actores referidos em grandes eventos e a PSP.

Verificámos também uma diferença substantiva (de 11%, que se traduz em cerca de 327 u.r.) entre o discurso proferido directa e indirectamente. Este facto não nos causa estranheza, uma vez que a actividade jornalística deve primar por dar voz às fontes primárias, o que lhe confere um carácter mais fidedigno (Sousa, 2001), como já referimos no subcapítulo atinente ao jornalismo.

2 - Origem da informação

Como já referimos, a informação tem a sua origem nas fontes, sejam elas documentais, humanas ou outras. Estas constituem o capital da actividade jornalística, uma vez que é delas que se obtém a matéria-prima que dá corpo às notícias (Sousa, 2001). Assim, é de sobremaneira pertinente compreender a origem da informação, bem como a sua distribuição, uma vez que o jornalista deve fazer reflectir várias perspectivas sobre um determinado assunto, tornando assim o seu trabalho o mais isento possível, e deve também recorrer a fontes credíveis (Fontcuberta, 1999).

Nos gráficos seguintes analisamos a origem da informação, ou seja, a quem é que os OCS dão voz no âmbito de grandes eventos de cariz político. Para isso, analisamos as categorias que incidem sobre discurso directo (C), instâncias (D) e discurso indirecto (E).

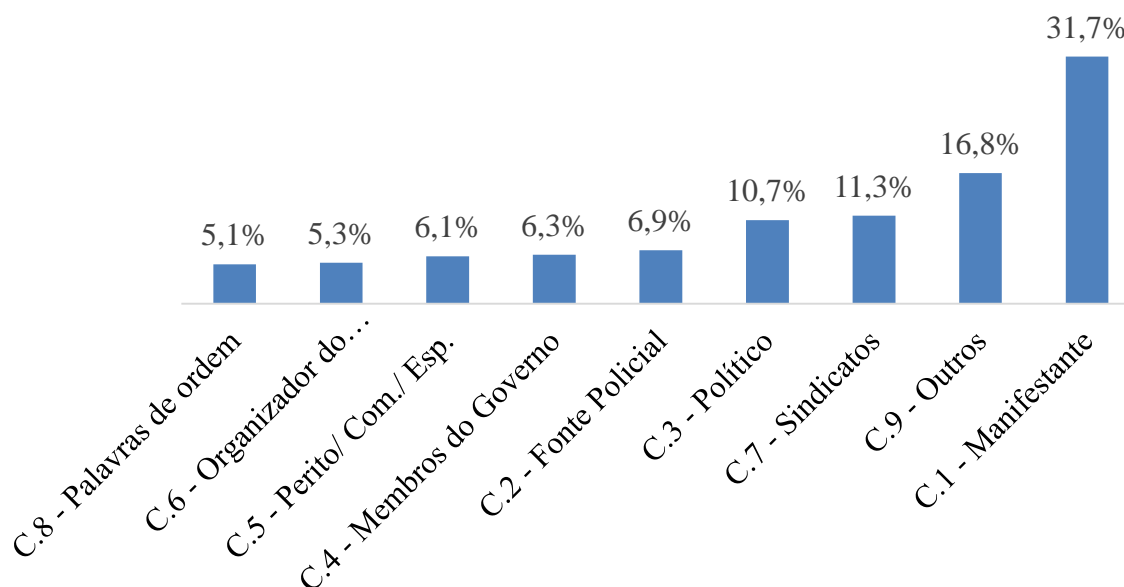


Figura 2. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Directo

Desde já podemos apontar, na figura 2, a proeminência discursiva que os manifestantes detêm (C.1), seguindo-se, de forma marcadamente inferior, o destaque conferido a um leque de actores (C.9) diversos que não se enquadram nas restantes subcategorias (e.g., “*o homem das castanhas*” – notícia 4; “*administrador hospitalar*” – notícia 1). Verificamos aqui uma alteração substancial do actor social a quem se dá voz mais frequentemente, tendo em conta os trabalhos de Machado (2012) e de Santos (2013), nos quais este largo espectro de actores sociais detinha a maior percentagem de prevalência. A alteração constatada suscita algumas questões, nomeadamente no que diz respeito à frequência com que os jornalistas dão voz aos variados actores, uma vez que, como Sousa (2001) defende, devem assumir proeminências similares. Contudo, esta preferência pode ter fundamento na medida em que dar a palavra aos manifestantes, conferindo-lhes a possibilidade de discorrer sobre as motivações que os levam a participar nos protestos, pode levar a que o leitor se identifique mais com estes actores, fomentando desta forma o seu consumo noticioso. Perante esta incidência, a formulação de um jornalismo *audience-driven* (Uscinski, 2009) toma força, porque aquilo que o jornalista considera ser do interesse da audiência torna-se mais noticiado.

Diferentemente, é assinalável a parca frequência de registos em que a PSP é o emissor directo de informação (C.2), posicionando-se em quinto lugar, seguida dos membros do Governo (C.4) e dos peritos/ comentadores ou especialistas (C.5). Aqui, o discurso policial fica aquém do discurso dos políticos e sindicatos. Compreendemos que dar a palavra aos manifestantes pode levar o leitor a identificar-se mais com o que lê, no entanto, será que isso

justifica uma disparidade tão grande de destaques? Não será esta diferença exagerada e geradora de vieses no leitor?

Contudo, e uma vez que em todas as notícias do *corpus* do trabalho é mencionada a actuação policial, questionamos o facto de a prevalência do discurso policial ser tão diminuta quando comparada com o destaque que é dado aos manifestantes. Consideramos que esta incidência é omissora de informação, que poderá criar uma visão sobre o acontecimento e sobre os seus actores que não é a mais fiel. Este facto torna-se por demais evidente se tomarmos em consideração o total de u.r. obtidas, ou ainda as 26 notícias que compõem o *corpus* deste trabalho. Se atentarmos no gráfico seguinte, relativo ao discurso indirecto (E), iremos constatar que se verifica, de novo, uma disparidade no número de declarações das fontes policiais em relação aos demais actores sociais, aparecendo estas apenas em sexto lugar. Novamente, compreendemos em parte o destaque concedido aos manifestantes e organizadores do evento, mas qual o objectivo que subjaz a tanto enfoque? Porque não dar igual ênfase aos diversos actores? Num exercício de meta-análise, cremos estar perante uma omissão que tolda a visão do leitor. Se os eventos em questão requerem a actuação policial, porque não estão as fontes policiais reflectidas a par dos organizadores e manifestantes do evento? Dar voz à PSP, é imperativo, desde logo, no sentido de justificar a sua actuação. De outro modo, corre-se o sério risco de o leitor ficar com a percepção de que a actuação policial é injustificada e, portanto, ilegítima. Da mesma forma que se trazem à colação especialistas para falar sobre áreas específicas, como por exemplo a Medicina ou o Direito, também perante a actuação policial se deve dar voz a quem domina as questões técnico-policiais – à Polícia. Mais ainda, nos grandes eventos, em que tanto está em causa para a Polícia, devem ser os altos dirigentes, decisores de alto nível a prestar as declarações que concernem à sua actuação dentro de um contexto tão específico e delicado. Quer isto dizer que, fornecendo uma explicação devidamente fundamentada sobre a sua actuação, esta se pode tornar mais compreensível aos olhos da audiência e, por conseguinte, agir como factor contributivo para a legitimidade percebida da actuação policial.

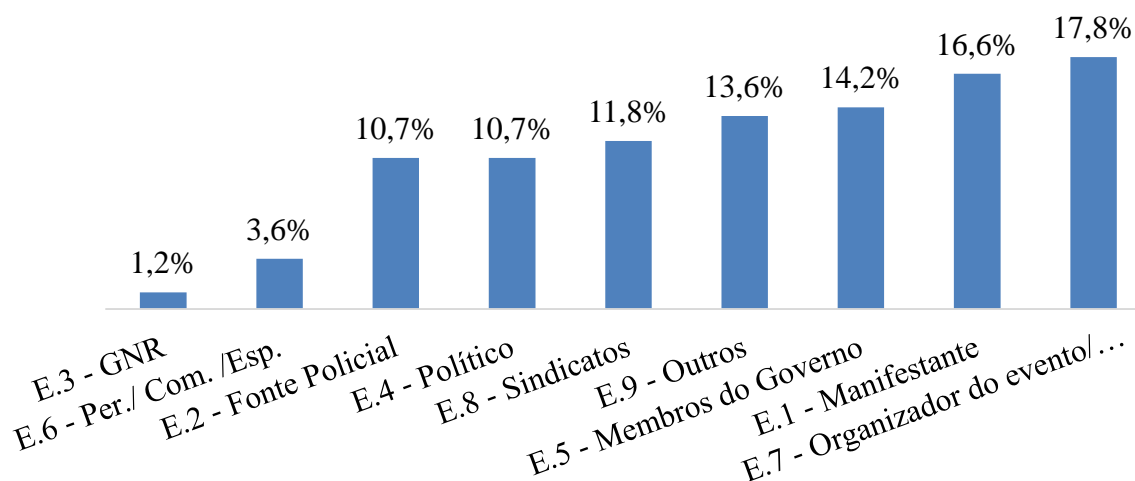


Figura 3. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Discurso Indirecto

Frisamos ainda que, tanto no que diz respeito ao discurso directo como indirecto, cuja fonte é policial, ocorre a fonte concreta não ser identificada, seja na pessoa do elemento que presta declarações, seja na figura de qualquer dos departamentos policiais (e.g., “a PSP ia «manter o dispositivo normal para qualquer manifestação», segundo fontes policiais adiantaram ao JN” – notícia 5), substituindo-se a sua identificação por formulações como, por exemplo: “segundo a PSP” (notícias 4, 5 e 8), “segundo fontes policiais” (notícias 5 e 22) e “disse (...) um elemento da PSP” (notícia 10). Acerca deste ponto, rejeitamos peremptoriamente qualquer leitura insensível que ignore o dever jornalístico de respeitar a confidencialidade das fontes. Não obstante, e apesar dos esforços jornalísticos que devem ser feitos para contrastar e confirmar as informações que recebem, consideramos que o escudo do anonimato pode encerrar em si formulações de fontes que não são completamente desinteressadas no processo de transmissão de informação.

Quanto ao discurso indirecto, constatamos serem os organizadores dos eventos/ representantes de movimentos ou plataformas aqueles a quem os OCS mais dão voz (E.7), sendo imediatamente secundados pelos manifestantes (E.1). Este facto encontra-se em consonância com os resultados obtidos no discurso directo (C), em que os manifestantes encontram a maior representatividade. Se por um lado o jornalista escolhe dar mais voz aos manifestantes porque entende que o leitor se identificará mais com o seu discurso e conteúdo, por outro lado o discurso indirecto proferido por organizadores, representantes de movimentos ou de plataformas pode ser entendido como não tão necessário para a identificação do leitor, mas mais adequado para explicar os motivos gerais que levam à convocação do protesto.

Não obstante, nesta categoria (C) verificamos uma distribuição mais nivelada do número de vezes que as diversas fontes são enunciadas. Contudo, a GNR (E.3) constitui-se como excepção, podendo ser isto explicado pelo local onde decorrem maioritariamente os protestos – nas áreas urbanas, mais especificamente junto dos centros políticos (e.g., a Assembleia da República), e cuja competência territorial é da PSP.

Acompanhando a tendência da GNR, também o enfoque dado aos peritos, comentadores e especialistas (E.4) demonstra uma percentagem relativamente baixa quando comparada com as demais, representando uma pequena parte das u.r. da categoria em análise. Consideramos que embora estes possam eventualmente discorrer acerca da actuação policial, em primeiro plano deverá figurar a PSP, pelos motivos já descritos.

Em terceiro e quarto lugares encontramos as u.r. relativas às declarações proferidas em discurso indirecto (E) por membros do Governo (E.5) e outras pessoas (E.9), pelo que consideramos que estas incidências são justificadas pelo número de ocorrências nas notícias (1, 3, 9, 11, 14, 15, 20 e 21) que o Ministro da Administração Interna tem, a propósito da demissão do Director Nacional da PSP, como consequência da manifestação de 21 de Novembro (e.g., *“O Ministro da Administração Interna foi duro na crítica à permissividade dos polícias que permitiram, a outras polícias, a invasão da escadaria do Parlamento”* – notícia 15).

Relativamente aos outros actores sociais da subcategoria E.9, a sua frequência pode ser explicada em consonância com o já mencionado em relação às referências discursivas subjectivas (G): o facto de existir um leque variado de assuntos mencionados nas notícias que não têm directamente a ver com estas, mas que funcionam como elementos contextualizadores dos acontecimentos noticiados (e.g. *“Antes, já fora Christine Lagarde, a directora-geral do FMI”* – notícia 13).

Para além dos interlocutores a quem se dá voz, ou dos actores que se opta por parafrasear, o discurso jornalístico é ainda percorrido por um rol de menções a diversas instâncias. Relativamente a este ponto, é observável na figura 4 que a maioria das referências recaem sobre o Governo (D.1), as instituições públicas ou privadas e demais entidades que não figurem das restantes subcategorias (D.5), bem como na Assembleia da República (D.2).

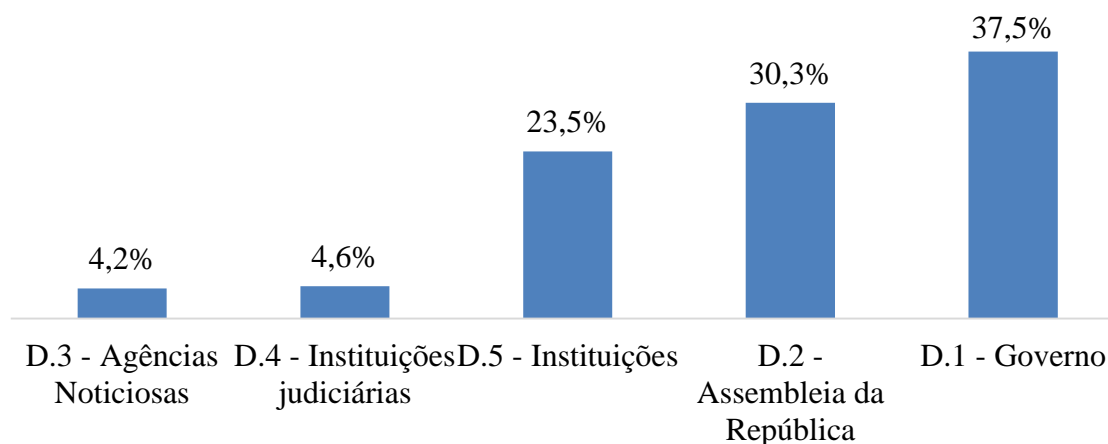


Figura 4. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Instâncias

Consideramos que as referências à primeira e terceira subcategorias (D.1 e D.2), podem ser explicadas precisamente pelo cariz político de que se revestem os eventos em análise (e.g., “*Após a manifestação (...) contra os cortes orçamentais impostos pelo Governo*” – notícia 25) e local de manifestação dos protestos (e.g., “*agentes a subir a escadaria da Assembleia da República*” – notícia 21).

Por último, examinamos as subcategorias relativas a referências subjectivas que digam respeito a causalidades e atribuições implícitas para descrever as ocorrências em grandes eventos (G). Salientamos desde logo que o discurso jornalístico, como já explanámos, deve ser pautado pelo retrato fiel da realidade. No entanto, o processo de apresentação e explicação dos acontecimentos acarreta, incontornavelmente, um carácter pessoal na definição da forma (e.g. títulos, estrutura textual, linguagem específica) através da qual se expõem e enquadram os factos. É a subjectividade na escolha destes elementos que determina os ângulos do discurso e condiciona a interpretação do leitor.

Examinando a figura que se segue, destaca-se de imediato a preponderância que o enquadramento e descrição (G.3) (de forma subjectiva) atribuídos aos eventos tomaram, sendo estes responsáveis pela elevada prevalência da categoria referente ao Sistema Explicativo Espontâneo (G) (relembramos, em segundo lugar no cômputo geral). Para este facto cremos contribuir de forma significativa o elevado número de assuntos adstritos ao evento principal, que sendo de outra índole propiciam um clima comunicacional específico, um contexto para a sua abordagem (e.g., “*Em Portugal, o que sabemos é que o esforço que vai ser pedido às pessoas em 2014 e 2015 é o dobro daquele que já se conheceu neste 2013 em curso*” – notícia 13). Ainda relacionado com isto pode estar o facto de que 35% das 26

notícias analisadas são de carácter opinativo (e.g., editorial, artigo de opinião), no qual a pessoa a quem é dada voz emite um juízo sobre o assunto em análise.

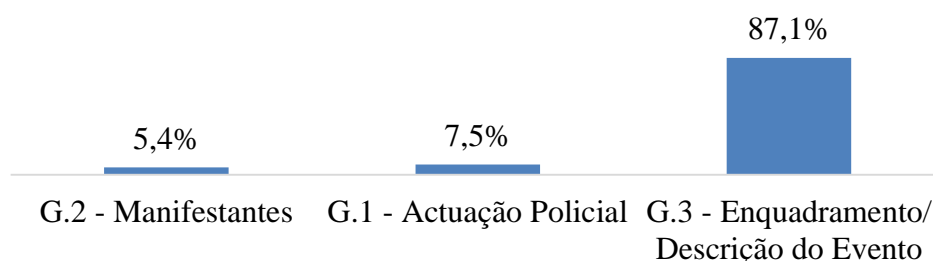


Figura 5. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Sistema Explicativo Espontâneo

Relativamente às subcategorias de discurso subjectivo, estas revelam baixa prevalência, o que faz sentido, tendo em conta a objectividade que deve pautar o discurso jornalístico, não obstante de, esparsamente, haver lugar a géneros opinativos (e.g., o editorial de um jornal). Todavia, se compararmos o discurso subjectivo acerca da actuação policial (G.1) com o discurso objectivo (B.5), verificamos que as referências de cariz subjectivo (G.1) quase igualam as de cariz objectivo (B.5) (vd. anexo 4). Destas referências à actuação policial 50% delas assume um cunho negativo (e.g., “*mas o efectivo policial destacado para o local abriu «um precedente perigoso» ao não ter actuado*” – notícia 11), sendo aprovada em apenas 31% dos casos (e.g., “*Situações excepcionais requerem medidas excepcionais, e todos os homens e mulheres no terreno souberam estar à altura*” – notícia 22), e somente em 19% das vezes se verifica um discurso neutro (e.g., “*Significou que os que estavam de serviço estão solidários com as reivindicações dos que se manifestavam*” – notícia 20). Ilustrando, temos que em termos aproximados, em cada duas u.r. sobre actuação policial uma é de cariz subjectivo, e em cada cinco, uma refere negativamente a actuação. Tais valores assumem uma proporção considerável num discurso que aspira à objectividade.

Relativamente ao ano de 2012, verifica-se uma alteração na incidência com que se faz uso do discurso subjectivo respeitante à acção policial, uma vez que nesse ano civil os resultados do trabalho de Santos (2013) revelaram, relativamente ao total da categoria, 43,2% (G.1) de prevalência, e este ano, relativamente ao total da categoria, 7,5% (G.1) de ocorrências.

A emissão deste tipo de juízos por parte dos jornalistas, de forma constante ao longo do tempo, ganha a nossa atenção no que se refere ao eventual impacto que terá nos leitores.

Ressalvamos que, num contexto discursivo que deve ser pautado pela objectividade, o facto de em 50% das vezes em que se discorre sobre a actuação policial de forma subjectiva (G.1) as referências assumirem um carácter negativo é assaz significativo. A presença deste viés na forma como é realizada a cobertura dos eventos aliada à noção de que existe uma propensão natural para reter melhor a informação que refere detalhes negativos (Ridout, 2013) coloca em evidência a possibilidade desta representação negativa do trabalho policial poder estar a contribuir para que a opinião pública acerca da Polícia seja deteriorada.

3 – Os eventos

Analisadas que estão as fontes de informação, passaremos à análise dos eventos.

O gráfico seguinte, relativo à caracterização do evento feita pelos diversos actores, permite desde já constatar que as subcategorias mais prevalentes objectivam, por um lado, à descrição do evento propriamente dito, e por outro, ao enquadramento espácio-temporal em que os eventos decorreram:

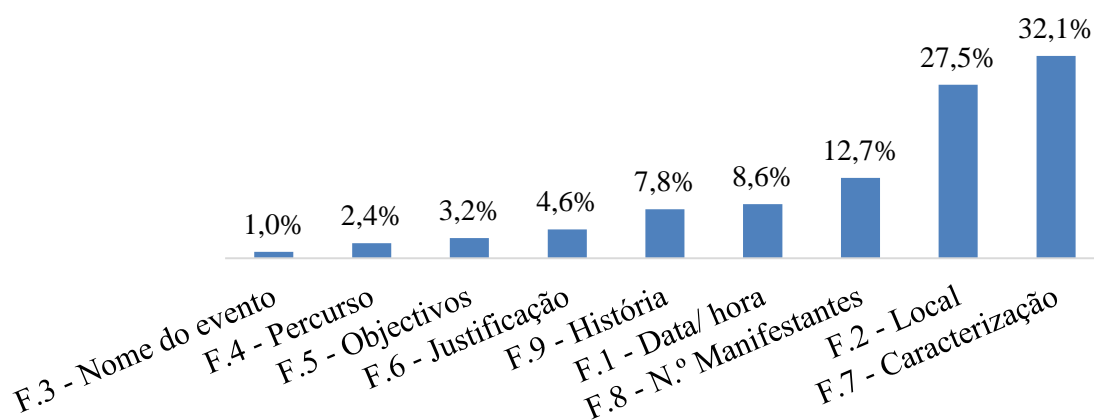


Figura 6. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Enquadramento/ Descrição

Verificamos, concomitantemente, que outros elementos de ordem conjuntural, que poderiam auxiliar o leitor na compreensão das motivações, objectivos e justificação da realização do protesto, ficam substancialmente distanciados da caracterização geral do mesmo. Estes dados conferem uma importância marcadamente superior à descrição do evento (F.7), bem como ao seu número de participantes (F.8), dando ideia de que o que se pretende fundamentalmente transmitir é a magnitude do acontecimento. Neste sentido, atentamos especificamente para as implicações que isto pode ter, nomeadamente ao nível da

produção da notícia, em que os critérios de noticiabilidade influem na tomada de decisão do jornalista, acerca do que noticiar. Discorrer mais acerca da caracterização (F.7) e dimensão do protesto (F.8) em detrimento dos motivos (F.6) que levam os manifestantes a protestar pode ter a sua explicação em valores-notícia como o da significância, entre outros já mencionados no subcapítulo da notícia. Mais ainda, e remetendo o nosso raciocínio para os grandes eventos decorridos no ano civil de 2013, temos que a manifestação de 21 de Novembro, gerou notícias com teor marcadamente negativo (como constataremos adiante, na análise da categoria G, devido à invasão da escadaria da Assembleia da República por parte de manifestantes das diversas forças e serviços de segurança e consequente demissão do então Director Nacional da PSP. Daqui decorre que, a par dos critérios já enunciados, os critérios da negatividade e conflitualidade podem estar altamente associados a esta prevalência, uma vez que o jornalista escolheu noticiar mais as notícias derivadas deste evento, do que de outro qualquer (exemplo disso são as já referidas notícias que este evento gerou). Na lógica de Bond (cit. in Sousa, 2001), “o que o público quer carrega o significado económico de ser aquilo que ele compra”, pelo que, aliando este constructo ao dos critérios de noticiabilidade, corre-se o risco de se verem os mesmos conteúdos noticiosos perpetuados num ciclo de oferta e procura.

Ressalvamos que o grande destaque dado à caracterização dos eventos (F.7), em comparação com as diminutas incidências nas restantes categorias se constitui como tendência nos últimos dois anos, constatada nos trabalhos de Machado (2012) e de Santos (2013).

Impera ainda referir que houve lugar à criação de uma nova subcategoria (F.9), sob o título “História”, e que se reporta a referências a eventos análogos ocorridos no passado. Isto pode significar uma evolução na forma como os OCS enquadram os eventos, não necessariamente como forma de expôr determinada problemática, mas para situar o leitor relativamente ao impacto que o evento pode ter, atendendo às memórias que tem do outro evento (ao nível de grau de violência, consequências, perigosidade, etc.).

Em última análise, relembramos os efeitos que a diferente transmissão de informação pode ter, especialmente quando prolongada no tempo, acerca dos quais já discorremos anteriormente: a forma como o conteúdo noticioso é apresentado determina os esquemas interpretativos dos leitores, especialmente se este for um processo recorrente, influenciando assim a forma sob a qual problematizam determinado assunto.

4 – Os participantes nos eventos

Relativamente aos participantes no protesto, a figura 6 que mostramos a seguir ilustra de forma clara o enfoque da cobertura jornalística, centrado nas características dos manifestantes e altamente demarcado das razões que os levam ao protesto. Este resultado vai ao encontro do que já denotámos na secção referente à origem da informação: o destaque concedido aos manifestantes poderá ter a ver com a identificação que o leitor poderá sentir em relação ao que lê, e para isso é necessário caracterizar o manifestante, daí a elevada expressão que esta subcategoria (A.3) assume. Para além disto, os manifestantes são os principais intervenientes nos grandes eventos, e estão junto dos centros de conflito, pelo que a descrição da sua actuação será naturalmente elevada.

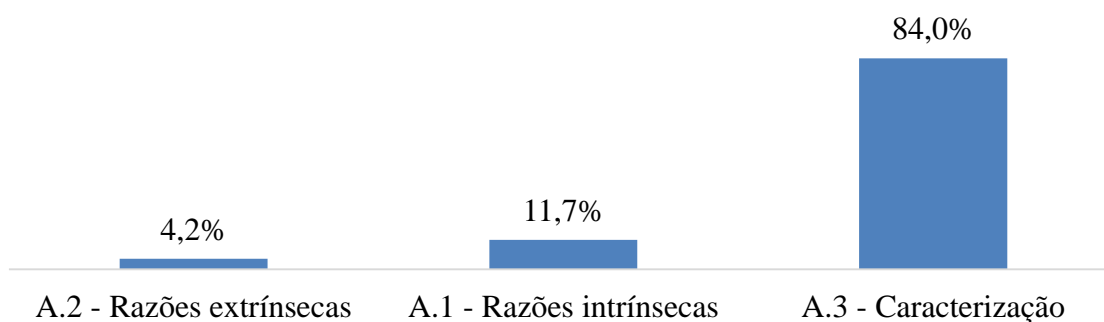


Figura 7. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria Manifestantes

O gráfico seguinte (Figura 7) reporta-se ao outro actor maior interveniente nos grandes eventos – a PSP – e revela um enfoque de mais de metade das ocorrências (67,5% das u.r.) sobre a actuação policial e as suas consequências.

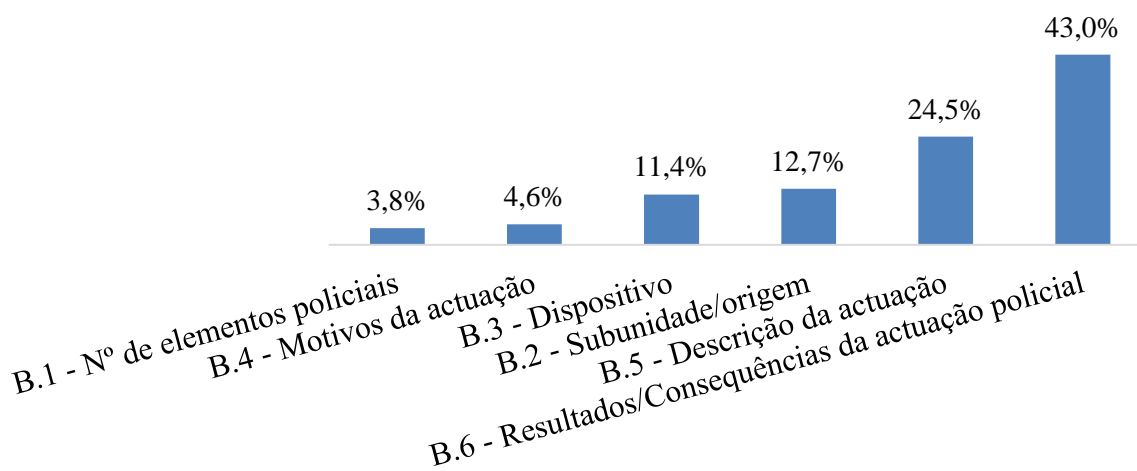


Figura 8. Ocorrência percentual das subcategorias da categoria PSP

Interessante será também comparar estes números com o destaque atribuído às motivações que levam a Polícia a actuar nestes cenários. Como se pode observar, a incidência dos motivos da actuação é marcadamente diminuta (B.4), tal como a informação relativa ao número de polícias presentes nos eventos (B.1). Isto sugere que o esquema noticioso que pode estar a passar para os leitores é que a actuação dos agentes da autoridade e as consequências a que dão origem não têm uma correspondente justificação das causas que despoletaram a sua acção. Sucintamente, o leitor sabe que a Polícia actuou e o que aconteceu posteriormente, mas na maior parte dos casos desconhece as causas, os motivos que estiveram na base da sua actuação. Na génese deste facto podem estar os já referidos valores-notícia negatividade, continuidade e proeminência social dos actores envolvidos. Relembramos que o ano civil de 2013 foi particularmente marcado pela manifestação de 21 de Novembro, que opôs polícias em manifestação a polícias em serviço que asseguravam a segurança da Assembleia da República. Na linha do que foi demonstrado pelos resultados dos trabalhos de Machado (2012) e de Santos (2013), a tónica dada à descrição e consequências é um cenário que se verifica estar a ser perpetuado no tempo, podendo ter visíveis implicações na forma como os leitores percebem a legitimidade da actuação policial.

Por último, podemos atentar na eventual relação existente entre duas das evidências decorrentes da análise dos resultados. Por um lado, a baixa incidência das notícias no que respeita à descrição dos motivos que impelem a actuação policial; por outro, as poucas vezes em que é dada voz às fontes policiais – discurso directo e discurso indirecto – quando comparadas com os outros actores sociais. Haverá aqui uma relação causal? Sendo estes últimos aqueles que, em princípio, estariam em melhores condições de proporcionar uma explicação adequada da actuação policial, não seria expectável que apresentassem uma maior prevalência discursiva? O facto de tal não acontecer leva a considerar dois possíveis raciocínios: primeiro, que a falta de descrição dos motivos subjacentes à actuação policial esteja directamente ligada ao facto de estes actores não verem a sua posição/opinião reflectida nas notícias tantas vezes quanto as restantes fontes; segundo, que nos casos em que são efectivamente avançados os motivos que levam a Polícia a actuar, esta explicação seja fornecida por actores que não têm o conhecimento necessário para dar uma resposta rigorosa do ponto de vista técnico-policial. Daqui decorre que se possa propagar e cristalizar, ainda que não intencionalmente, um esquema interpretativo que justifica de forma insuficiente e/ou superficial as acções policiais (e.g., *“Levaram duas pessoas presas por estarem a manifestar-se!”* – notícia 7).

Capítulo IV – Conclusões

Uma vez concluído o trabalho, impera agora ver respondidas, na medida em que nos foi possível, às questões que nortearam o trabalho.

Questionámos, a princípio, acerca dos possíveis efeitos dos *media*, constatando, após elaborada pesquisa teórica, que estes produzem influência sobre a audiência. Contudo, verificámos que esta não se produz de forma imediata e automática, até porque, como denotámos, os leitores possuem os seus próprios mecanismos de filtragem e resistência à influência noticiosa. Existe, sim, uma influência mediada e cumulativa (Serra, 2007). Não obstante, ao colocarem a tónica sobre determinados assuntos e actores, os *media* estão a conferir-lhes, através da acessibilidade, uma hierarquia de importância. É disso exemplo o ênfase dado ao discurso dos manifestantes, podendo sugerir que estes têm um maior grau de importância que os restantes actores. Por conseguinte, ao conferir menor destaque a outros, e em concreto à Polícia, está-se a negar a igual oportunidade de justificar a sua actuação no evento, gerando-se assim uma omissão informativa que seria assaz pertinente de revelar. Como já referimos, isso pode conduzir a que a actividade policial seja percebida pelo público como injustificada e, em última análise, ilegítima. Ora, este raciocínio reveste-se de suma importância porque, como também já salientámos, os *media* possuem a capacidade de, através do uso de diferentes perspectivas, determinar o que são ou não os problemas a que tem de se dar resposta (Lawrence, 2000). Se os OCS não derem lugar à apresentação de motivos para a actuação policial, esta pode tornar-se percebida como injustificada, e portanto um problema de legitimidade da autoridade, pondo em causa o poder instituído.

Nesta senda, também nos foi possível constatar que as fontes policiais, quando citadas ou referidas pelos OCS, não são devidamente identificadas ou permanecem no anonimato. Isto pode levar a que o discurso policial seja percebido como não tão credível, até porque sob o escudo do anonimato, a fonte não pode ser confrontada com a veracidade ou falsidade das suas declarações. Neste sentido, e acompanhando a estratégia do *image-led policing*, deve interessar à PSP constituir-se como fonte primária e identificada de informação (McLaughlin, in Greer & McLaughlin, 2010). Agir nesta lógica poderá ajudar a instituição a manter-se no topo da hierarquia de credibilidade, veiculando uma imagem credível (McLaughlin, in Greer & McLaughlin, 2010). Desta forma a PSP constituir-se-ia como um actor que não se limita apenas a justificar a sua actuação quando chamada à colação, mas sim como uma autoridade epistémica, conhecedora e disposta a partilhar informações que domina, como o conhecimento técnico-policial (Babad, 2005). Através de

um maior destaque, seria dada a oportunidade de discorrer a montante dos acontecimentos, havendo também lugar à emissão de informação a partir da qual o leitor poderá realizar um juízo mais ponderado.

No que diz respeito à abordagem subjectiva das notícias, constatámos um enquadramento frequente dos acontecimentos pelo processo de *framing*. Um elevado número de conteúdos foi noticiado dentro de um quadro conjuntural subjectivo que, não dizendo respeito ao título principal da notícia, é gerador de um clima comunicacional propício a abordar o tema, pelo que ao fornecerem esquemas de compreensibilidade sobre os assuntos em análise, os jornais influenciam a perspectiva sob a qual o leitor os ajuíza.

Ainda num registo subjectivo, verificou-se também com uma frequência significativa a emissão de juízos negativos relativamente à actuação policial. Consideramos que a veiculação deste tipo de estímulos “«facilita» outros conceitos semanticamente relacionados, aumentando a probabilidade de que ideias com o mesmo significado do estímulo estejam mais acessíveis na memória” – o fenómeno do *priming* associado à teoria da cognição social (Jo & Berkowitz, 1994, p. 46). Neste caso, veicular um discurso subjectivo negativo relativamente à Polícia, irá tornar as imagens negativas em torno dela e da sua actuação mais acessíveis. Curiosamente, apesar de a Polícia ser maioritariamente referida de forma negativa dentro do discurso subjectivo, poucas justificações para a sua actuação nos são apresentadas. A juntar a este facto, novamente a disparidade de vezes em que se dá voz aos manifestantes e à Polícia.

No que diz respeito a esta questão, consideramos que aceder aos sujeitos/ actores que discorrem positivamente e/ou negativamente acerca da Polícia, bem como às suas motivações faria todo o sentido para compreender este cenário de negatividade. Estas questões poderiam imbricar em explicações do foro cognitivo central e periférico, tendo em conta a segmentação dos grupos retratados e as opiniões que emitem.

Por outro lado, analisar em maior detalhe os actores e o seu discurso seria uma mais-valia no âmbito desta linha de investigação, permitindo aprofundar o estudo e chegar a outras conclusões.

Em suma, temos que existe um desfasamento significativo em relação aos actores a quem se concede mais oportunidade para falar, e que isso pode ter sérias implicações ao nível da legitimidade percebida pelo público; o facto de as fontes policiais serem em alguns casos anónimas não favorece, a nosso ver a credibilidade da PSP, considerando nós que, especificamente no caso das manifestações, a intervenção comunicativa da Polícia deve ocorrer *a priori* ao decorrer dos protestos, pela voz de altos dirigentes. Ressalvamos o

carácter eminentemente subjectivo que resultou da análise do *corpus* e os processos cognitivos que, do ponto de vista dos efeitos da comunicação se geram.

Do nosso trabalho importa ainda destacar outros aspectos, que se prendem com as limitações que encontrámos ao longo da sua realização.

Enunciamos o factor tempo, que condicionou em grande parte a realização desta dissertação e também o seu eventual aprofundamento: dispomos de apenas seis meses para concretizar um trabalho com rigor científico, sendo que esse tempo é repartido entre a sua elaboração e o estágio-prático. Daqui decorre que não pudemos aflorar questões como as diferenças discursivas entre os jornais analisados, entre os eventos, entre actores, quem faz referências negativas/ positivas/ neutras, etc.).

Por fim, chamamos a atenção do nosso leitor para o facto de que os resultados e conclusões a que chegámos visam especificamente os eventos de cariz político e reportam-se ao ano de 2013, devendo ser analisados nesse prisma. Não obstante, poderá servir para futuras comparações, contribuindo para uma visão e caracterização longitudinal da percepção dos jornais acerca da actuação policial.

Referências

- Anastasio, P., Rose, K., & Chapman, J. (1999). Can the media create public opinion? A social-identity approach. *Current Directions in Psychological Science*, 8 (5), 152-155.
- Babad, E. (2005). The psychological price of media bias. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 11 (4), 245-255. doi:10.1037/1076-898X.11.4.245
- Bacon, F. (1902). *Novum Organum*. New York, NY: P.F. Collier & Son. Retirado de: http://oll.libertyfund.org/?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=1432&Itemid=27
- Baran, S., & Davis, D. (2012). *Mass communication theory: Foundations, ferment, and future* (6th ed.). Boston, MA: Wadsworth.
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cardet, R. (1980). *Manual de jornalismo* (6ª ed.). Lisboa: Caminho.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (Vol. 1, 2ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Castro, A. (2013). *Teorias do jornalismo, universidade e profissionalização: Desenvolvimento internacional e impasses brasileiros*. Retirado de: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/castro-alexandre-2013-teorias-jornalismo.pdf>
- Castro, E., Evaristo, J., Güther, M., Larson, N., & Castro, T. (2013). *Testando a teoria multifactorial da notícia*. Retirado de: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/aavv-2013-testando-teoria-multifactorial-noticia.pdf>
- Chong, D. (1996). Creating common frames of reference on political issues. In D. Mutz, P. Sniderman, & R. Brody (Eds.), *Political persuasion and attitude change* (pp. 195-224). Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.
- Cohen, B. (1963). *The press and foreign policy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Condorcet, M. (1795). *Outlines of an historical view of the progress of the human mind*. The Online Library of Liberty. Retirado de: http://oll.libertyfund.org/index.php?option=com_staticxt&staticfile=show.php%3Ftitle=1669&Itemid=29

- Craig, R. (1993). Why are there so many communication theories. *Journal of Communication*, 43(3), 26-33. doi: 10.1111/j.1460-2466.1993.tb01273.x
- Crato, N. (1995). *Comunicação social: A imprensa* (5ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Crick, J. & Walsham, A. (2004). *The uses of script and print, 1300-1700*. Cambridge: Cambridge University Press. Retirado de: http://content.schweitzer-online.de/static/content/catalog/newbooks/978/052/181/9780521810630/9780521810630_Excerpt_001.pdf
- Cruz, J. (2002). *Introdução ao Estudo da Comunicação: Imprensa, Cinema, Rádio, Televisão e Redes Multimédia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Dainton, M., & Kelley, E. (2011). *Applying communication theory for professional life: A practical introduction* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage. Retirado de: http://www.sagepub.com/upm-data/34371_1.pdf
- De Vinne, T. (1878). *The invention of printing: a collection of facts and opinions descriptive of early prints and playing cards, the block-books of the fifteenth century, the legend of Lourens Janszoon Coster, of Haarlem, and the work of John Gutenberg and his associates*. New York, NY: Francis Hart and Co.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). Entering the field of qualitative research. In N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 361-376). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Druckman, J. (2001). On the Limits of Framing Effects: Who Can Frame?. *The Journal of Politics*, 63 (4), 1041– 1066. doi: 10.1111/0022-3816.00100
- Durão, S. (2008). *Patrulha e proximidade: Uma etnografia da Polícia em Lisboa*. Lisboa: Almedina.
- Eisenstein, E. (1979). *The Printing Press As An Agent Of Change: Communications and cultural transformations in early-modern europe*. New York, NY: Cambridge University Press.
- Esteves, J. (2003). *Espaço público e democracia*. Lisboa: Edições Colibri.

- EU-SEC, (2007). *Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*. Retirado de: http://www.osservatoriosport.interno.it/eu_sec/manual_english.pdf
- Festinger, L. (1963). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Fiske, J. (1990). *Introduction to Communication Studies* (2nd ed.). New York, NY: Taylor & Francis e-Library.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Fontcuberta, M. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Gaillard, P. (1971). *O jornalismo* (2ª ed.). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O inquérito: Teoria e prática* (2ª ed.). Oeiras: Celta.
- Glynn, C., & McLeod, J. (1985). Implications of the spiral of silence theory for communication and public opinion research. In K. Sanders, L. Kaid, & D. Nimmo (Eds.), *Political communication yearbook* (pp. 43-65). Carbondale, IL: Southern Illinois University Press.
- Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo*. Covilhã, Universidade da Beira Interior. Retirado de: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110826-gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2010). We predict a riot? Public order policing, new media environments and the rise of the citizen journalist. *British Journal of Criminology*, 50 (6), 1041-1059. doi: 10.1093/bjc/azq039.
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2011). ‘Trial by media’: Policing, the 24–7 news mediasphere and the ‘politics of outrage’. *Theoretical Criminology*, 15 (1), 23–46. doi: 10.1177/1362480610387461.
- Guaraldo, T. (2007). *Aspectos da pesquisa norte-americana em comunicação – Primeira metade do século XX*. Retirado de: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=1021

- Hylander, I., & Guvå, G. (2010). Misunderstanding of out-group behaviour: Different interpretations of the same crowd events among police officers and demonstrators. *Nordic Psychology*, 62 (4), 25-47. doi: 10.1027/1901-2276/a000020
- Jo, E., & Berkowitz, L. (1994). A priming effect analysis of media influences: An update. In J. Bryant, & D. Zillman (Eds.), *Media effects: Advances in theory and research* (pp. 43 - 60). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Lang, K., & Lang, G. (1983). *The battle for public opinion: The president, the press, and the polls during Watergate*. New York, NY: Columbia University Press.
- Lawrence, R. (2000). *The politics of force: Media and the construction of police brutality*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Leishman, F., & Mason, P. (2009). *Policing and the media: Facts, fictions and factions*. Portland, OR: Willan Publishing.
- Lemos, C. (2008). *A imprensa e as constituintes: A Imprensa como fenómeno cultural, ideológico e histórico, nas assembleias constituintes, de 1975/76 e 1987/88, em perspectiva comparada*. (Tese de doutoramento, não publicada). Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.
- Lippmann, W. (1920). *Liberty and the news*. New York, NY: Harcourt, Brace and Howe.
- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. New York, NY: Macmillan.
- Littlejohn, S., & Foss, K. (Eds.) (2009). *Encyclopedia of communication theory* (Vol. 1). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Lopes, P. (2010). *Jornalismo e linguagem jornalística: Revisão conceptual de base bibliográfica*. Retirado de: <http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-lopes-linguagem.pdf>
- Machado, H. (2012). *A comunicação social e a polícia: A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial nos grandes eventos de cariz político*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- McCombs, M., & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187.

- McLuhan, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional.
- McQuail, D. (1994). The influence and effects of mass media. In D. Graber, (3rd ed.), *Media power in politics* (pp.7-23). Washington, DC: CQ Press.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendes, J., & Seixas, A. (2005). Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos *media* (1992-2002). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 99-127. doi: 10.4000/rccs.984
- Mendonça, D. (2010). *A Importância da Mídia na Política de Democratização das Relações de Trabalho no Brasil – da História à Actualidade*. (Trabalho final de pós-graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco: O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra.
- Miller, J., Davis, R., Henderson, N., Markovic, J., & Ortiz, C. (2004). *Public opinions of the police: The influence of friends, family, and the news media* (Relatório nº 205619). New York, NY: U.S. Department of Justice.
- Miller, J. (2007). Examining the mediators of agenda setting: A new experimental paradigm reveals the role of emotions. *Political Psychology*, 28 (6), 689-717.
- Miller, K. (2005). *Communication Theories: Perspectives, Processes and Contexts*. New York, NY: McGraw-Hill.
- Morreable, S., Osborne, M., & Pearson, J. (2000). Why communication is important: A rationale for the study of communication. *Journal of the Association for Communication Administration*, 29 (2000), 1-25.
- Motta, L., Costa, G., & Lima, J. (2004). Notícia e construção de sentidos: Análise da narrativa jornalística. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 27 (2), 31-51.
- Neto, G., Silva, L., Vieira, V., & Dedini, F. (2010). Aplicação do roteiro crítico de projetos em cursos de graduação. *Revista de Ensino de Engenharia*, 29 (2), 35-43.

- Noelle-Neumann, E. (1984). *The spiral of silence: Our social skin*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Pais, L. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores* (Tese de doutoramento, não publicada). Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Petty, R., & Cacioppo, J. (1981). *Attitudes and persuasion: Classic and contemporary approaches*. Dubuque, IA: Brown.
- Poster, M. (2000). *A Segunda Era dos Média*. Oeiras: Celta Editora.
- Ramonet, I. (2010). *A tirania da comunicação* (5ª ed.). Lisboa: Editora Vozes.
- Reiner, R. (2010). *The politics of the police* (4ª ed.). New York, NY: Oxford University Press.
- Ridout, T. (2013). *New directions in media and politics*. New York, NY: Routledge.
- Rodrigues, A. (2011). *O Paradigma Comunicacional: História e Teorias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Salmon, C., & Kline, T. (1983, Maio). *The spiral of silence ten years later: An examination and evaluation*. Paper presented at the Annual Meeting of the International Communication Association, Dallas.
- Santos, J. (2001). *Comunicação*. Lisboa: Prefácio.
- Santos, J. (2013). *A comunicação social e a actividade policial: A percepção da imprensa sobre a actuação policial em grandes eventos de cariz político*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Serra, P. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Livros LabCom. Retirado de: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824serra_paulo_manual_teorica_comunicacao.pdf
- Shannon, E. & Weaver, W. (1964). *The Mathematical Theory Of Communication*. Urbana: The University Of Illinois Press.

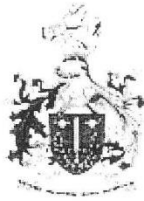
- Shrum, L. (2009). Media consumption and perceptions of social reality. In J. Bryant, & M. Oliver (Eds.), *Media effects: Advances in theory and research* (3rd ed.; pp. 50-73). New York, NY: Routledge.
- Sodré, M., & Ferrari, M. (1986). *Técnica de reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus Editorial.
- Sousa, J. (2001). *Elementos de jornalismo impresso*. Porto. Retirado de: <http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>
- Sousa, J. (2005). *Uma teoria multifactorial da notícia*. Retirado de: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-teoria-multifactorial-noticia.pdf>
- Sousa, J. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media* (2^a ed.). Porto.
- Tække, J., & Paulsen, M. (2010). Luhmann and the media. *Journal of Media and Communication Research*, 49, 1-10.
- Traquina, N. (2000). *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.
- Tuchmann, G. (1978). *Making news, a study in the construction of reality*. New York, NY: Free Press.
- Uscinski, J. (2009). When does the public's issue agenda affect the media's issue agenda (and vice-versa)? Developing a framework for media-public influence. *Social Science Quarterly*, 90 (4), 796-815.
- Vala, J. (1999). A análise de conteúdo. In A. Silva, & J. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-127). Porto: Edições Afrontamento.
- Valente, M. (2011). A ciência policial na sociedade tardo-moderna como fundamento do estado de direito democrático. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, 2 (2), 47-63.
- Weber, R. (1990). *Basic content analysis* (2^a ed.). Newbury Park, CA: Sage.
- Weisburd, D., & Neyroud, P. (2011). *Police science: Towards a new paradigm* (Relatório nº NCJ 228922). Washington, DC: Harvard University.

Wertheim, E. (2008). The importance of effective communication. Northeastern University, College of Business Administration. Boston: Sage. Retirado de:
http://www.ou.edu/cls/online/LSAL3513/pdf/unit2_wertheim.pdf

Wolf, M. (2000). *Teorias da comunicação* (6ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.

ANEXOS

ANEXO 1. Pedido de autorização para consulta da base de dados CISION



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto para a Unidade
Orgânica de Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP - Largo da Penha de França, 1
1199 - 010 Lisboa

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		353/SECDE/2013	2013-12-10
		Processo:	
		Classificador: 080.01.10	

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.

2. Uma das alunas do 5.º ano do CMICP, Aspirante Rita Alexandra Catarino Henriques, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar subordinado ao tema "A perceção da imprensa escrita sobre a atuação policial nos grandes eventos de cariz político", do qual é Orientadora a Prof.ª Doutora Lúcia Pais, vem solicitar a V.ª Ex.ª que requeira ao Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da PSP autorização para a consulta da base CISION.

3. A necessidade da consulta prende-se com o facto da mesma conter todas as notícias, publicadas nos jornais Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Correio da Manhã, relativas à atuação policial, tendo em conta os objetivos da linha de investigação em que se insere:

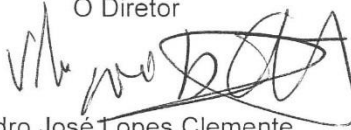
3.1. Compreender como a atividade policial é percebida pelos *media*.

3.2. Destacar os esquemas interpretativos que são emitidos pelos órgãos de comunicação social para toda a sociedade.

3.3. Fornecer grelhas de compreensibilidade sobre estes esquemas interpretativos.

3.4. Servir de apoio à tomada de decisão em contexto policial, tendo em conta a caracterização do discurso dos órgãos de comunicação social.

4. Mais se informa V. Ex.^a que a Aspirante a Oficial de Polícia Rita Henriques se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados recolhidos, fora do âmbito do seu trabalho académico.

O Diretor

Pedro José Lopes Clemente
Superintendente

ANEXO 2. Quadro de distribuição das notícias

Nº	OCS	Data	Descritor(es)	Título	ID CISION
1	DN	02-03-2013	Polícia/ PSP	Manifestação contra ‘troika’ tão perigosa como Sporting – FC Porto	46432655
2	JN	02-03-2013	Troika/ PSP	Cantar a “Grândola” para não destruir Abril	46432687
3	CM	02-03-2013	Protesto/Troika	Segurança aberta para manifestação	46433330
4	DN	03-03-2013	Indignados	Desde que o mundo é mundo há ricos e pobres, mas não é assim	46441406
5	JN	03-03-2013	Troika	“Basta! Que o povo ordene!”	46441438
5	CM	03-03-2013	Manifestação/Troika	Povo “ordena” demissão	46441450
6	JN	03-03-2013	Protesto/PSP	Manif manchada com dois detidos no Porto	46442037
7	DN	04-03-2013	Manifestação	Ativistas estiveram três horas em parte incerta	46450623
8	DN	22-11-2013	Greve Geral/Manifestação/Polícia/Protesto/PSP	Polícias tomam de assalto escadaria da Assembleia	50931834
9	JN	22-11-2013	Manifestação/ Protesto/PSP	Aviso sério das polícias à porta do Parlamento	50932540
10	DN	23-11-2013	Polícia/Protesto/PSP	Ministro exigiu que rolassem cabeças, director da PSP recusou	50953489
11	DN	23-11-2013	Manifestação/Polícia/Protesto/PSP	Mal estar e corporativismo	50953549
12	DN	23-11-2013	Troika	As palavras do comissário	50953555
13	JN	23-11-2013	Manifestação/Policiamento/Protesto/PSP	Oficial que “protegeu” parlamento dirige PSP	50953622
14	JN	23-11-2013	PSP	Miguel Macedo	50953963
15	CM	23-11-2013	Manifestação	Merecia um louvor	50954353
16	CM	24-11-2013	Manifestação	Desespero	50963007

Nº	OCS	Data	Descritor(es)	Título	ID CISION
18	DN	26-11-2013	Manifestação	Não temos autoridade para criticar os polícias	50992520
19	DN	26-11-2013	Manifestação/Polícia/Protesto	Novo chefe da PSP apoia estratégia do diretor demitido	50992584
20	CM	26-11-2013	Protesto	Luta por melhores salários na Polícia	50993331
21	DN	27-11-2013	Protesto/Troika	‘Operação-surpresa’ da CGTP faz Governo reforçar segurança	51012731
22	DN	27-11-2013	Polícia	Dois vergonhas nacionais	51012748
23	DN	27-11-2013	Manifestação/Protesto/PSP	Novas formas de luta “ainda não são sinais de violência”	51034381
24	JN	28-11-2013	Protesto/PSP	Polícias fazem balanço da ‘manif’	51100189
25	DN	02-12-2013	Manifestação	Dualidade de critérios	51120357
26	DN	03-12-2013	Polícia/ PSP	Manifestação contra ‘troika’ tão perigosa como Sporting – FC Porto	46432655

ANEXO 3. Grelha categorial

A – Categoria “**Manifestantes**” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

A.1 – Subcategoria “**Razões intrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (5)¹: *“Estou aqui pelos meus filhos e netos”*.

A.2 – Subcategoria “**Razões extrínsecas**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (6): *“portugueses foram (...) exigir a demissão do Governo e o fim das medidas de austeridade”*.

A.3 – Subcategoria “**Caracterização**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex. (7): *“os dois [manifestantes], ambos na casa dos 30 anos”*.

B – Categoria “**PSP**” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua actuação em grandes eventos.

B.1 – Subcategoria “**N.º de elementos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (1): *“PSP mobilizou 500 agentes”*.

¹ Entre parênteses encontra-se o número da notícia, cf. Anexo 2, da qual se retirou o exemplo.

B.2 – Subcategoria “**Subunidade/origem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (10): “*os homens do Corpo de Intervenção começaram a chegar*”.

B.3 – Subcategoria “**Dispositivo**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex. (5): “*Grades metálicas delimitavam todo o perímetro da Assembleia*”.

B.4 – Subcategoria “**Motivos da actuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a actuação policial.

Ex. (6): “*depois de ter lançado por diversas vezes pedras contra a montra de uma dependência bancária, (...) foi levado pela PSP*”.

B.5 – Subcategoria “**Descrição da actuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a actuação policial.

Ex. (10): “*Os polícias, do outro lado da vedação, tentaram controlar o grupo*”.

B.6 – Subcategoria “**Resultados/Consequências da actuação**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da actuação policial (detenções, feridos, etc.).

Ex. (4): “*Dois [manifestantes] acabaram detidos*”.

C – Categoria “**Discurso Directo**” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso directo. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

C.1 – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (10): *“Estou aqui para reivindicar os nossos direitos e recuperar o que nos tiraram”*.

C.2 – Subcategoria **“Fonte policial”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex. (2): *“a PSP ia «manter o dispositivo normal para qualquer manifestação», segundo fontes policiais adiantaram ao JN”*.

C.3 – Subcategoria **“Político”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, excepto membros do Governo.

Ex. (4): *“O líder do PS, António José Seguro, admitiu que o povo «tem muitas razões para estar indignado»”*.

C.4 – Subcategoria **“Membros do Governo”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex. (11): *“O ministro Miguel Macedo sublinhou apenas que «importava tirar consequências» do que aconteceu, considerando «absolutamente inaceitável» a violação do perímetro de segurança pelos manifestantes”*.

C.5 – Subcategoria **“Perito/comentador/especialista”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (22): *“Situações excepcionais requerem medidas excepcionais, e todos os homens e mulheres no terreno souberam estar à altura [Paulo Pereira de Almeida – Analista de Segurança Interna]”*.

C.6 – Subcategoria **“Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex. (4): *“«Estamos a preparar a nossa Primavera, nesta ‘manif’ estamos a preparar Abril», alude ao DN o professor João José, um dos organizadores do protesto”*.

C.7 – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex. (11): *“Na manifestação houve uma resposta inteligente e adequada, que revela grande profissionalismo [Paulo Rodrigues – ASPP/PSP]”*.

C.8 – Subcategoria “**Palavras de ordem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex. (22): *“e gritaram palavras de ordem como «só mais um empurrão e este Governo vai ao chão»”*.

C.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (4): *“«Mas para a gente que aqui está podia ser melhor», diz o homem das castanhas”*.

D – Categoria “**Instâncias**” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer actor. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da actuação policial em grandes eventos, quais os mais e menos referenciados.

D.1 – Subcategoria “**Governo**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex. (16): *“não seria só o Director Nacional da PSP a demitir-se mas o próprio Governo”*.

D.2 – Subcategoria “**Assembleia da República**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex. (19): *“os manifestantes derrubavam as grades e desatavam aos tiros para tentar invadir a Assembleia da República”*.

D.3 – Subcategoria “**Agências Noticiosas**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

Ex. (4): *“De acordo com a agência Lusa, alguns cartazes tinham as fotografias dos líderes do PSD, CDS-PP e frases como «eles têm um pacto de agressão, nós temos o nosso de luta»”.*

D.4 – Subcategoria “**Instâncias Judiciárias**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

Ex. (7): *“Não irão a tribunal, mas poderão pagar multa por atentado contra monumento”.*

D.5 – Subcategoria “**Instituições**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex. (21): *“O IGAI já mandou abrir um processo de averiguações à actuação dos polícias, quer aos que se estavam a manifestar, que aos que estavam fardados”.*

E – Categoria “**Discurso Indirecto**” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso indirecto, ou seja, todas as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS.

E.1 – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (5): *“Foi a pergunta que Ana Paula Simões deixou no ar enquanto desfilava”.*

E.2 – Subcategoria “**Fonte Policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex. (8): *“Segundo a PSP, esta situação será comunicada ao Ministério Público”.*

E.3 - Subcategoria “**GNR**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

Ex. (19): “*Enquanto este País pagar desta forma miserável a quem, (...) da GNR aceita a missão dar a vida por qualquer um de nós, ninguém tem autoridade para criticar protestos tão cândidos como os de quinta-feira.*”.

E.4 – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, excepto Membros do Governo.

Ex. (4): “*Seguro lembra que os portugueses têm razões para estar indignados*”.

E.5 – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex. (14): “*Miguel Macedo criticou vivamente a forma como a PSP controlou a manifestação de polícias*”.

E.6 – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

Ex. (11): “*Especialistas em segurança interna ouvidos pelo DN*”.

E.7 – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex. (5): “*o movimento «Que se lixe a troika» exortou a multidão a tomar as rédeas do país através de uma moção de censura popular*”.

E.8 – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex. (22): “*Arménio Carlos, Secretário-geral da CGTP, voltou a pedir a demissão do Governo na escadaria do Parlamento*”.

E.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (24): *“O antigo Presidente da República voltou a atacar o Governo e Cavaco Silva”*.

F – Categoria “**Enquadramento/Descrição**” - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

F.1 – Subcategoria “**Data/hora**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex. (10): *“A manifestação, (...) começou (...) pelas 18:45”*.

F.2 – Subcategoria “**Local**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex. (6): *“No Porto, terá sido uma das maiores manifestações de sempre”*.

F.3 – Subcategoria “**Nome do evento**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex. (3): *“já garantiram a presença na manifestação «Que se lixe a troika»”*.

F.4 – Subcategoria “**Percurso**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajecto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex. (6): *“A manifestação começou junto à estação ferroviária e terminou na praça Marquês de Pombal”*.

F.5 – Subcategoria “**Objectivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex. (4): *“Ontem os protestos foram centrados na alteração governativa”*.

F.6 – Subcategoria “**Justificação/Motivos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex. (5): *“contra as medidas do Governo e a presença da troika em Portugal”*.

F.7 – Subcategoria “**Caracterização**” - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex. (6): *“Gritaram palavras de ordem contra os políticos, mas o protesto foi pacífico”*.

F.8 – Subcategoria “**N.º de manifestantes**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex. (7): *“na manifestação contra a troika que juntou 400 mil [manifestantes]”*.

G – Categoria “**Sistema Explicativo Espontâneo**” - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjectiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretendemos aceder ao que é referido subjectivamente para justificar actores e actos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

G.1 – Subcategoria “**Actuação policial**”

Ex. (26): *“percebe-se que há uma dualidade de critérios por parte da polícia, fazendo-a depender do tipo de manifestantes”*.

G.2 – Subcategoria “**Manifestantes**”

Ex. (23): *“a insubordinação e a arruaça dos [manifestantes]”*.

G.3 – Subcategoria “**Enquadramento/Descrição do Evento**”

Ex. (23): *“E tudo isto é muito mais grave se é verdade que havia agentes armados entre os manifestantes, contra todos os regulamentos e condições de segurança da própria população civil”*.

ANEXO 4. Tabela de contabilização de u.r.

Categorias		Σ u.r.	Subcategorias	Σ u.r
A	Manifestantes	307	A.1 Razões intrínsecas	36
			A.2 Razões extrínsecas	13
			A.3 Caracterização	258
B	PSP	237	B.1 N° de elementos policiais	9
			B.2 Subunidade/origem	30
			B.3 Dispositivo	27
			B.4 Motivos da actuação	11
			B.5 Descrição da actuação	58
			B.6 Resultados/Consequências da actuação policial	102
C	Discurso Directo	495	C.1 Manifestante	157
			C.2 Fonte Policial	34
			C.3 Político	53
			C.4 Membros do Governo	31
			C.5 Perito/ comentador/ especialista	30
			C.6 Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	26
			C.7 Sindicatos	56
			C.8 Palavras de ordem	25
			C.9 Outros	83
D	Instâncias	307	D.1 Governo	115
			D.2 Assembleia da República	93
			D.3 Agências Noticiosas	13
			D.4 Instituições judiciárias	14
			D.5 Instituições	72
E	Discurso Indirecto	169	E.1 Manifestante	28
			E.2 Fonte Policial	18
			E.3 GNR	2
			E.4 Político	18
			E.5 Membros do Governo	24
			E.6 Perito/ comentador/ especialista	6
			E.7 Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	30
			E.8 Sindicatos	20
			E.9 Outros	23
F	Enquadramento/ Descrição	872	F.1 Data/ hora	75
			F.2 Local	240
			F.3 Nome do evento	9
			F.4 Percurso	21
			F.5 Objectivos	28
			F.6 Justificação	40
			F.7 Caracterização	280
			F.8 N.º Manifestantes	111
			F.9 História	68
G	Sistema Explicativo Espontâneo	559	G.1 Actuação Policial	42
			G.2 Manifestantes	30
			G.3 Enquadramento/ Descrição do Evento	487
		2946	Total de u.r.	2946